

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**SARAH HELENA BALLIN RIBEIRO <sup>1</sup>**

**A ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NÃO GOVERNAMENTAIS  
EM LOCAIS DE CONFLITO: A CRUZ VERMELHA E OS MÉDICOS SEM  
FRONTEIRAS NA GUERRA DO IÊMEN**

**Goiânia  
2020**

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás

SARAH HELENA BALLIN RIBEIRO

**A ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NÃO GOVERNAMENTAIS  
EM LOCAIS DE CONFLITO: A CRUZ VERMELHA E OS MÉDICOS SEM  
FRONTEIRAS NA GUERRA DO IÊMEN.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Pedro Araújo Pietrafesa

GOIÂNIA

2020

## FOLHA DE APROVAÇÃO

SARAH HELENA BALLIN RIBEIRO

**A atuação de Organizações Internacionais Não Governamentais em locais de conflito:** a Cruz Vermelha e os Médicos Sem Fronteiras na Guerra do Iêmen.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a):

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Pedro Pietrafesa

---

Prof. Me. Leandro Borges

---

Prof. Me. Renzo Nery

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a meus pais, irmão, namorado e amigos por sempre terem me apoiado e motivado a continuar mesmo quando eu mesma não acreditava mais, principalmente nos surtos e vontade de trancar o curso. E a todos aqueles que direta ou indiretamente fizeram parte desse percurso, e a experiência incrível que foi cursar Relações Internacionais.

Aos meus bichinhos que foram de extrema ajuda nos momentos de ansiedade e que nunca me deixaram, me distraindo e deixando esse período mais leve.

Agradeço também a todos os professores que contribuíram com a minha jornada e todos os ensinamentos passados ao longo desses quatro anos de graduação. Um agradecimento especial ao meu orientador, por ter prestado tanto apoio com o tema que eu escolhi com tanto carinho.

## RESUMO

A atuação de Organizações Internacionais Não Governamentais em zonas de conflito leva ajuda às populações que vivem em meio a hostilidades advindas da guerra ou desastres naturais. Para as OING a missão de levar auxílio e prestar serviços faz parte de um conjunto de medidas adotadas pelas mesmas, com o intuito de levar melhores condições aos cidadãos. O objetivo da presente pesquisa é analisar a atuação de OING da área de saúde com enfoque nas medidas exercidas em locais de conflito, em um estudo de caso da atuação dos Médicos sem Fronteiras e da Cruz Vermelha no conflito do Iêmen. Utilizando da metodologia qualitativa e analítica, o recorte temporal utilizado de 2015 a 2019 abordará a origem da hostilidade em território iemenita decorrente da Primavera Árabe, e apresentará dados concernentes às atitudes tomadas pelas OING mencionadas atuando na região para uma melhor contribuição para a população local.

**Palavras-chave:** OING; Médicos Sem Fronteiras; Cruz Vermelha; Iêmen; Guerra

## ABSTRACT

The work of International Non-Governmental Organizations in conflict zones helps people living throughout hostilities arising from war or natural disasters. For the INGO, the mission of bringing aid and providing services is part of a set of measures adopted by them, with the aim of bringing better conditions to citizens. The objective of this research is to analyze the role of INGO in the health area, focusing on measures carried out in places of conflict, in a case study of the role of Doctors without Borders and the Red Cross in the conflict in Yemen. Using the qualitative and analytical methodology, the time frame used from 2015 to 2019 will address the origin of hostility in Yemen territory due to the Arab Spring, and will present data concerning the actions taken by the mentioned INGO acting in the region for a better contribution to the local population.

**Keywords:** INGO; Médecins Sans Frontières; Red Cross; Yemen; War

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Atuação da CICV no Iêmen em 2018 .....	24
Figura 2 – Atuação da MSF em 2018 .....	26
Figura 3 – Dados de atendimento MSF – 2018 no Iêmen .....	27
Figura 4 – Mapa dos países envolvidos na Primavera Árabe .....	30
Figura 5 – A Primavera Árabe em números .....	32
Figura 6 – Operação Militar no Iêmen .....	35
Figura 7 – Conflitos mais mortais no Iêmen .....	39
Figura 8 – Mapa do Iêmen .....	42
Figura 9 – MSF 2019 no Iêmen .....	49
Figura 10 – Se o Iêmen tivesse 100 pessoas .....	51
Figura 11 – Sistema de Saúde do Iêmen .....	53
Figura 12 – Crise Humanitária no Iêmen .....	55

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Comparativo: Sistema Internacional versus Sociedade Internacional .....	18
---	----



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Fatalidades relatadas no Iêmen, janeiro 2015 – junho 2019 .....	37
Gráfico 2 – Número de eventos de conflito e fatalidades relatadas por tipo no Iêmen, 2017 .....	38
Gráfico 3 – Armamentos vendidos para Arábia Saudita .....	44
Gráfico 4 – Guerra no Iêmen: Número de vítimas mortais e feridos em 2019 .....	47

## **LISTA DE SIGLAS**

AQUAP - Al Qaeda na Península Arábica (AQAP)

EI – Estado Islâmico

ICRC – Cruz Vermelha

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MSF – Médicos Sem Fronteiras

OING – Organizações Internacionais Não Governamentais

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

R2P – Responsabilidade de Proteger

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO 1 .....	14
1.1 Sistema Internacional <i>versus</i> Sociedade Internacional: a predominância dos Estados Nacionais .....	14
1.2 Organizações Internacionais Não Governamentais .....	19
1.3 Análise sobre as OING Médicos Sem Fronteiras e Cruz Vermelha .....	22
CAPÍTULO 2 .....	29
2.1 - O contexto que levou a Guerra do Iêmen .....	29
2.2 - A Guerra no Iêmen (2015-2019) .....	32
2.3 - Países que interviram na Guerra do Iêmen .....	41
CAPÍTULO 3 .....	46
3.1 – Situação iemenita .....	46
3.2 – MSF no Iêmen. Atuação no local de conflito .....	48
3.3 – CICV no Iêmen. Atuação no local de conflito. ....	52
CONCLUSÃO .....	57
REFERÊNCIAS .....	59

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo a análise da atuação de Organizações Internacionais Não Governamentais (OINGs) em áreas de conflito, utilizando como estudo de caso a operação da Cruz Vermelha (CICV) e dos Médicos sem Fronteiras (MSF) na guerra do Lêmen. Considerando que a atuação de OINGs das áreas de saúde em zonas de conflito é pouco aprofundado no meio acadêmico, torna-se considerável aprofundar a pesquisa para avaliar os impactos na Sociedade Internacional, das atuações de Organizações Internacionais Não Governamentais. Desse modo, a análise a respeito da hostilidade no Lêmen será baseada em como vem sendo as atuações das OINGs em questão, e como a guerra perdura mesmo com iniciativas externas de intervenção. De acordo com Herz e Hoffman (2004) existem questões políticas, sociais, econômicas e culturais que só podem ser compreendidas em sua totalidade se levarmos em conta o papel e o funcionamento das organizações internacionais.

À luz dessas considerações, torna-se, portanto, mais fácil compreender as diferenças funcionais destes dois atores em contextos de conflito. As Organizações Internacionais Não Governamentais possuem normas próprias; devido ao fato de não serem vinculadas a nenhum governo, existem normas e princípios próprios a serem seguidos, os quais permitem uma melhor atuação dessas organizações em contextos de conflito, que se adaptam de acordo com a cultura local onde estão atuando, desempenhando a própria missão e seguindo seus valores. A escolha dessas OINGs para análise do estudo de caso se deve aos objetivos e missões que ambas possuem e a atuação delas em diversos países, sendo elas levar a ajuda humanitária a aqueles que enfrentam guerras e desastres naturais, tanto no quesito saúde quanto melhoria nas condições básicas da população.

Os aspectos apresentados serão aprofundados para analisar os impactos das OINGs no contexto da guerra do Lêmen, com base em relatórios e dados oficiais disponíveis. A metodologia utilizada neste trabalho de pesquisa foi qualitativa, por meio de um estudo de caso. Com o auxílio de bibliografias, artigos, relatórios e banco de dados, será analisada a atuação das Organizações não Governamentais Internacionais na guerra do Lêmen, inicialmente por meio de uma abordagem histórica

à respeito das OINGs, e posteriormente utilizando documentos oficiais das organizações não governamentais Médicos sem Fronteiras e Cruz Vermelha, bem como dados oficiais da Organização das Nações Unidas no que diz respeito ao conflito no Iêmen. Analisando o direito de intervenção por parte dos países que têm agido de maneira direta e indireta no conflito. Utilizando também do método analítico para analisar o desempenho de ambas as OINGs no cenário mencionado.

O recorte temporal (2015-2019) utilizado para aprofundar os efeitos sobre a população da atuação das OINGs neste conflito, torna-se importante para apresentar os desenvolvimentos relacionados aos tipos de atuação desempenhadas pelas duas organizações. O trabalho está dividido em três capítulos, os quais são divididos da seguinte forma: o capítulo 1 aborda uma parte mais teórica, comparando a Sociedade e o Sistema Internacional e trazendo uma abordagem a respeito das Organizações Internacionais Não Governamentais. O segundo capítulo é constituído do contexto histórico que antecedeu o conflito no Iêmen, a guerra no Iêmen de 2015 a 2019 e os países que interviram nessa hostilidade. O terceiro e último capítulo diz respeito a situação do território iemenita e a atuação da Médicos Sem Fronteiras e da Cruz Vermelha no país.

## CAPÍTULO 1

Para melhor compreensão a respeito da política internacional e seus atores, será abordada a diferença dos conceitos de Sistema Internacional e a Sociedade Internacional, para compreensão a respeito do funcionamento e das ações realizadas pelas Organizações Internacionais Não Governamentais (OINGs) ao redor do globo, bem como as jurisprudências as quais se submetem de acordo com cada região que atuam. Sendo assim, a comparação entre Sistema e Sociedade Internacional contribui de maneira teórica para a aplicação do caso a ser estudado no decorrer do trabalho em questão. Bem como o contexto histórico de OINGs para uma melhor compreensão de seus objetivos gerais e a atuação das mesmas na questão de conflitos, realizando uma análise aprofundada sobre a Cruz Vermelha e os Médicos Sem Fronteiras em suas atuações em território iemenita.

### **1.1 Sistema Internacional *versus* Sociedade Internacional: a predominância dos Estados Nacionais**

A respeito do conceito de Sistema Internacional, partiremos da perspectiva de Hoffmann (1968), o qual descreve que a estrutura desse Sistema é baseada na diferença dos sistemas moderados e sistemas revolucionários, cada qual com suas particularidades, sendo elas respectivamente: a balança de poder e a inflexibilidade de alianças. Bobbio *at al* (2000) afirma que o Sistema Internacional só pode se basear no ideal da conservação ou alcance da paz, caso isso não ocorra se determina uma crise, que desencadeia em um conflito. A vertente realista acredita que o sistema internacional possui regras as quais fazem com que os interesses nacionais de cada país não afetem diretamente nas tomadas de decisões, o objetivo seria na não intervenção na soberania do outro.

O Sistema Internacional é um sistema de Estados com número mais restrito de membros, que atuam de maneira conjunta para a resolução de um problema recíproco, sendo estes decorrentes de diversas variáveis - conflitos, direitos humanos, agenda ambiental, armas nucleares - apesar da desigualdade cultural e econômica de seus componentes. Contudo, a resolução desses problemas não é em todos os

casos apenas com a utilização da diplomacia, o uso da força é usado quando o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) acredita que exista a possibilidade de uma ameaça global, “a guerra ainda é uma possibilidade real no quadro maior dos cálculos de poder dos atores estatais internacionais” (CASTRO,2012, p.94).

Com o advento do pós Guerra Fria, o Sistema Internacional sai de um período de bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, para entrar em um período de multipolaridade, ou seja, o mundo começa a adentrar a era da globalização e da conectividade. A composição dos atores que constituem esse Sistema são Estados, os quais exercem sua influência em tomadas de decisões em aspectos que abrangem o globo. De acordo com Castro (2012), no que tange o Sistema Internacional existe uma substituição do que ele chama de elementos de segurança - guerra e poder - e a cooperação - que engloba igualdade, humanitarismo, resoluções pacíficas - pelas “lógicas sistêmicas de interlocução da interdependência globalizada”.

Entretanto, as tomadas de decisões da conduta internacional, acabam por beneficiar certos aspectos políticos e econômicos em detrimento de outros, vide países terem cometido diversos crimes contra a soberania de outros Estados e não terem sido punidos por essas atitudes. A questão econômica na política internacional acaba por ter grande enfoque e ser sinônimo de poder, bem como a questão bélica e de influência. Grande parte da interferência de países para a manutenção da paz, sobretudo por aqueles com forte poderio militar, acaba por levar interesses estatais nas tomadas de decisões, o que em tese, desrespeita as regras estabelecidas de não interferência na soberania de outro Estado.

De fato, quando esses interesses estatais se contradizem e entram em choque com outros interesses estatais ou ainda com os macro interesses do sistema internacional ao ponto de insustentabilidade, então a tão desejada harmonia, fundada na segurança, torna-se cada vez mais escassa. O ponto de ruptura da paz se torna então cada vez mais possível quando essas assimetrias se contrapõem em um estado latente de instabilidade (CASTRO,2012, p. 316).

Já na perspectiva da Escola Inglesa abordada por Bull (2002), que foi originada no contexto da Guerra Fria e aborda aspectos do realismo e do liberalismo, é adotado o conceito da Sociedade Internacional baseando-se que é uma organização

fundamentada na cooperação e estabelecimento de regras, de maneira a criar uma ordem a ser respeitada como um todo. Sendo assim, seu objetivo é garantir a relação entre os Estados Soberanos e outras Instituições, garantindo a ordem e não a paz em si. Essa Sociedade possui cunho anárquico, ou seja, não existe um líder supremo que estabeleça a ordem de maneira unilateral, até porque a existência de diferentes culturas e visões de mundo que compõe essa sociedade faz com que não seja possível a composição de uma perspectiva unicamente unilateral. Dessa maneira, o ponto de vista desenvolvido pela Escola Inglesa é de que “a sociedade internacional busca evitar as escolhas entre o egoísmo estatal e o conflito armado externo; entre a benevolência humana e a cooperação” (CASTRO, 2012, p. 95). Em suma, a Sociedade Internacional ser anárquica não implica na questão de ausência de ordem e regras.

Na visão de Nardin, a sociedade internacional não pode ser encarada como uma associação de objetivos, e sim como uma associação prática. Essa visão é interessante pois aponta para a dificuldade de se reconhecer os “objetivos partilhados” dos estados. Esses, na verdade, possuem interesses diversos e, muitas vezes, divergentes. O fato não elimina a constatação de que, ainda que haja interesses conflitantes, as práticas para resolução dos conflitos e a interação dão-se no seio da normatividade (MENDONÇA, 2012, p. 11 *apud* NADIN, 1987).

A concepção de cooperação acaba por ser uma peça chave no que tange a Sociedade Internacional como um todo, já que seus atores são maiores em quantidade e não abrange só os Estados, mas também Instituições e Organizações Não Governamentais. Ressaltado a questão da soberania, a Sociedade Internacional não faz com que a soberania dos Estados seja prejudicada, o propósito é fazer que haja um consenso para problemas que afetam o globo como um todo. Mendonça (2012) resume o Sistema Internacional e a Sociedade Internacional da seguinte maneira: no Sistema Internacional consiste no contato entre os atores de maneira direta e não existe valores compartilhados entre eles, sendo assim uma interação de cunho estratégico; enquanto a Sociedade Internacional é composta por um grande grupo de membros, com interesses em comum, onde compartilham de regras e instituições.

A partir da perspectiva de Pereira (1995) a respeito do Estado, o qual não é separado da sociedade, porém não se limita a ela. O termo estado em si ainda é



impreciso na ciência política, concernente que o mesmo não deva ser confundido com Estado Nação, governo e país. O autor deixa claro que o conceito de Estado vai depender a forma de governo existente em determinado território, seja ele um governo autoritário ou liberal. Um Estado é considerado legítimo dependendo do apoio empregado pela sociedade civil de seu território.

Partindo do pressuposto que um Estado é composto pela demarcação de um território, possuir um conjunto de leis e normas para reger-se, e conter um povo, a estrutura e a função que cada Estado exerce sobre seu território e população, isto é, sua soberania, se deve pelas características do governo que coordena o território, sendo de forma democrática ou não. O Estado é a consequência lógica da necessidade de ordem, de acordo com Pereira (1995), estabelecer normas e leis para manter sua ordem e organização, não obstante é também sua função proteger seu território e população de ameaças internas e externas. A soberania “se manifesta em quatro ações: a criação de magistraturas e atribuições de suas funções; o poder de promulgar e revogar leis; o direito de declarar guerra e concluir a paz; a atribuição de penas e recompensas” (BODIN, 2, p. 25-6 apud BARROS, 1996, p. 141).

Com isso, o Estado tem um papel chave tanto no Sistema Internacional quanto na Sociedade Internacional, já que suas demandas em confluência com a de outros Estados acabam por realizar uma cooperação momentânea ou permanente para resolução de conflitos ou problemas sociais. Dessa forma, em conjunto com os Estados, as Organizações Internacionais Não Governamentais exercem um papel de relevância para a resolução de problemas sociais e a busca por melhorias na qualidade de vida da população e preservação do meio ambiente, sejam por meio de palestras e oficinas, ou atividades que ambas as partes forneçam, doações, melhorias de infraestrutura, a qualificação de pessoas para o mercado de trabalho, bem como oportunidades de emprego para os mesmos.

Quadro 1 - Comparativo: Sistema Internacional *versus* Sociedade Internacional

<b>SISTEMA INTERNACIONAL</b>	<b>SOCIEDADE INTERNACIONAL</b>
número reduzido de membros	número ilimitado de membros
ações com impactos recíprocos	valores e interesses comuns
conflito-cooperação	cooperação
ausência de valores compartilhados	valores e interesses compartilhados
interação estratégica	construção conjunta

Fonte: elaboração da autora

A predominância dos Estados Nacionais no âmbito internacional se deve ao fato da soberania e a autonomia que possuem em seu território, portanto, a atuação de Instituições e Organizações Internacionais se baseiam nas leis do local em questão de maneira que não sejam prejudicados a cultura e o governo local, nem afetem a soberania do país. Devido a isso, a contribuição das Organizações Internacionais Não Governamentais em suma, em alguns casos é feito em parceria com instituições locais para que o trabalho seja feito de maneira conjunta e de forma que não fira nenhuma diretriz estabelecida pelo governo, a não ser que esses firam os Direitos Humanos de maneira que abre margem para intervenções, diretas ou indiretas, no país, como previsto na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU).

Vide os aspectos comparativos apresentados, o ponto de vista teórico que será utilizado no decorrer do trabalho será a partir da perspectiva de Bull (2002) e a Escola Inglesa a respeito da Sociedade Internacional, já que a mesma engloba aspectos mais abrangentes do que o Sistema Internacional no objeto de estudo. Pode-se compreender a atuação das Organizações Não Governamentais Internacionais na Sociedade Internacional como a base para o auxílio da sociedade, principalmente mediante a conflitos, desastres naturais e descaso governamental com os mesmos.

## 1.2 Organizações Internacionais Não Governamentais

A origem do termo Organizações Internacionais Não Governamentais é advinda sobretudo da década de 1940, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) utilizou do termo para “designar diferentes entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público” (COUTINHO, 2005, p. 57 *apud* LANDIM, 1993; 1998; VIEIRA, 2001). Tal fato não anula a existência dessas instituições antes da década de 1940, após a utilização do termo pela ONU nota-se o aumento de entidades com tais características ao longo dos anos, e desde então esses organismos participam continuamente ao redor do globo para auxiliar aqueles em condições precárias, possibilitando e oferecendo recursos básicos de sobrevivência. Baehr (2009) salienta que o número de OINGs aumentaram no século vinte de 1.083 em 1914 para mais de 37.000 nos anos 2000. Gellert (1996) enfatiza que essas Organizações Não Governamentais atuam a mais de um século prestando assistência, e foi com o tempo que se iniciou as questões de apoio em conflitos, distribuição de alimentos, luta contra a pobreza e a busca por melhorar a qualidade de vida daqueles que não possuem condições básicas de sobrevivência.

Herz e Hoffman (2004) acreditam que, por intervirem em conflitos internacionais, as ONGs são fortemente criticadas. Ao contrário da perspectiva de outro autor “O regime de ajuda é, uma instituição política que está ganhando importância porque se encaixa nos interesses e ideologias dominantes do núcleo duro no nível internacional” (THÉRIEN, 1991, p. 266, tradução nossa). Esse regime de ajuda leva auxílio a população de diversos países, que dificilmente são fornecidos pelas autoridades dos países em que vivem, devido a guerras, falta de poderio aquisitivo, problemas com desastres naturais, governos autoritários. A atuação e missões de ajuda humanitária são de grande importância na sociedade internacional e contribui para uma melhor relação entre povos, de maneira cooperativa onde existe uma troca de conhecimentos entre nações.

Considerando a concepção de Organizações Não Governamentais apresentada por Herz e Hoffman (2004), como um aspecto mais institucionalizado de realizar a cooperação internacional, o ponto de vista das autoras parte de uma perspectiva histórica para explicar e abordar assuntos que remetem a Organizações Internacionais e Organizações Internacionais Não Governamentais. Essas

Organizações, de acordo com Almeida e Lima (2019), atuam principalmente para a camada da população que se encontra vulnerável, seja por questões históricas ou falta de oportunidades, proporcionando para essas pessoas condições para conquistar feitos que são defendidos constitucionalmente e mesmo assim não estão sendo proporcionados pelo Estado.

O sistema internacional tem sido caracterizado, desde a gestação da disciplina de relações internacionais durante as primeiras décadas do século XX, como um sistema político anárquico, tendo esse conceito adquirido diferentes significados ao longo da história e de acordo com diferentes tradições teóricas. Contudo, a ideia de que a ausência de um Estado supranacional gera uma prática social e política específica, em particular no que se refere ao uso legítimo da violência e à ausência de uma instância central geradora de normas legítimas e sancionadas, é um denominador comum mínimo (HERZ E HOFFMAN, 2004, p. 10).

Na perspectiva de Baehr (2009), as Organizações Não Governamentais são frequentemente chamadas de "organizações de base", o que sugere que elas estão mais próximas da população em comparação ao governo do país em que residem. Os serviços prestados pelas mesmas contribuem para com a sociedade através de cursos, doações, auxílio médico entre outros projetos que se enquadrem nos padrões culturais do país em que atuam. Tais serviços por vezes não são oferecidos pelo país por ausência de recursos ou por estarem passando por conflitos armados, como é o caso do Iêmen. O autor salienta que muitas Organizações Não Governamentais carregam uma imagem altruísta, enquanto governos são vistos como egoístas no que tange ajudar e auxiliar a comunidade. Dessa forma, as OINGs são consideradas atores de suma importância e relevância na Sociedade Internacional, justamente por exercerem mecanismos de cooperação entre diferentes indivíduos, inclusive na relação sociedade governo. A autonomia advinda dessas Organizações, no que tange a não dependência de governos para comandar sua atuação, faz com que suas normas não os associe necessariamente a um governo ou Estado, muitas OINGs como o Médico Sem Fronteiras e a Cruz Vermelha não possuem vínculo direto com nenhum governo, contudo, as doações advindas de Estados não se restringem por conta disso. Baldwin (1969) faz uma ressalva que muitos acreditam que a política externa está vinculada mais a consequências do que a motivações no que tange as doações recebidas. Segundo o autor, pelo fato de a riqueza ser base de poder é difícil

imaginar que essa ajuda vinda externamente não altera a “distribuição da influência” interna e externa dessas Organizações.

Na perspectiva de Thérien (1991) é apresentado que, pelo fato de as organizações não governamentais internacionais estarem se desenvolvendo de maneira tão institucionalizada (com estabelecimento de normas e regras, para um melhor desempenho em sua atuação), o modo como elas intervêm na sociedade têm sido cada vez maior, pelo fato de proporcionar amparos que não são promovidos pelos governos, “A preocupação que se tem, é que as ONGs assumam uma responsabilidade que compete ao Estado e as demais autoridades públicas, que devem garantir condições básicas aos cidadãos” (ALMEIDA; LIMA, 2019, p. 247/248). Não obstante, o autor apresenta que a ONU em 1945 deu legitimidade na questão jurídica para organizações não governamentais, previsto no Artigo 71 da Carta das Nações Unidas. O paradoxo dos autores mencionados contribui, de maneira a compreender a importância da ajuda humanitária advinda das Organizações Internacionais Não Governamentais mencionadas.

As virtudes das ONGs são a independência, a capacidade de adaptação, a flexibilidade, a motivação de seus funcionários, seu espírito pioneiro e sua habilidade em promover e defender causas de benefício para o público e em promover reformas. Por outro lado, muitas ONGs carecem de estratégia e planejamento de longo prazo, e a boa vontade e o trabalho duro de seus voluntários nem sempre são garantia de profissionalismo. (MEURANT, 1993, p. 334, tradução nossa).

Com a teoria de Regan (1998), é possível fazer uma confluência com os fundamentos adotados por Thérien (1991). Patrick M. Regan acredita que existam custos humanos e materiais para uma intervenção, frequentemente traduzidos em considerações políticas. Dessa maneira, a iniciativa de ajudar em zonas de conflito pode levar as Organizações Internacionais Não Governamentais a intervir de maneira indireta na hostilidade existente no local. “A preocupação que se tem, é que as ONGs assumam uma responsabilidade que compete ao Estado e as demais autoridades públicas, que devem garantir condições básicas aos cidadãos” (ALMEIDA; LIMA, 2019, p. 247/248). Essa preocupação abre margem para abordar a questão de intervenção, já que a atuação das ONGs pode se enquadrar neste quesito. A questão da intervenção surge com o advento de que a atuação dela no território pode

influenciar de certa forma no conflito existente no local, sendo de maneira ideológica ou não, obviamente a intervenção de Organizações Internacionais Não Governamentais não deve ser comparada com intervenções militares e armadas, já que o princípio básico dessas Organizações é o de levar condições para a população que está enfrentando problemas. Baldwin (1969) afirma que a ajuda externa, ou seja, aquela feita por atores de outros locais, pode constituir uma intervenção em termos de motivação, consequências, processo, ou as três em confluência.

Como, então, devemos proceder em uma discussão sobre ajuda externa e intervenção? Uma maneira é equiparar "intervenção" com "influência". Isso teria três vantagens. Primeiro, a definição de quase todos de intervenção seriam incluídos, uma vez que existe um acordo generalizado, essa intervenção é um tipo de influência. Em segundo lugar, argumentos normativos que provavelmente não levem a um acordo, seriam evitados. A quebra no consenso sobre quais tipos de influência são legítimos e quais tipos são ilegítimos muitas vezes atolam discussões de intervenção em argumentos infrutíferos sobre valores. Uma terceira vantagem de igualar "intervenção" com "influência" é que nos ajuda a entender o que estados em desenvolvimento estão realmente reclamando. (BALDWIN, 1969, p. 426, tradução nossa).

Em vista disso, conclui-se que a atuação das OINGs contribui na Sociedade Internacional, a qual tem atuado cada vez mais com o intuito de amparar pessoas em condições de vulnerabilidade, guerras, desastres naturais e ausência de condições básicas de sobrevivência. Realizando tais atos de maneira que não seja ferida a soberania do país em que atua, por mas que, sua presença já seja considerada uma intervenção de certa maneira. Outro fator é que, sobretudo, as medidas tomadas por essas Organizações deveriam partir do Estado e suas instituições governamentais para fornecer a população o amparo necessário que é função deles de promover.

### **1.3 Análise sobre as OING Médicos Sem Fronteiras e Cruz Vermelha**

Para analisar de maneira completa de qual forma as Organizações Internacionais Não Governamentais atuam em contextos de conflitos, a pesquisa verterá sobre uma análise dos processos de atuação da Cruz Vermelha e de Médicos sem Fronteiras no Iêmen, já que este é considerado o país que detém a maior crise

humanitária do mundo e um conflito armado que perdura até os dias atuais, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2017). Isso se deve ao fato da ausência de saneamento básico na maior parte do país e o enfraquecimento, bem como a diminuição, do número de hospitais devido a guerra, o que contribuiu para um surto de cólera que atingiu o país. Dos anos de 2015 a 2017 foram reportados 200.000 casos de cólera em território iemenita, nos dados disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Outro fator que contribui para o Iêmen ser considerado a maior crise humanitária do mundo é que a ONU estima que 60% da população enfrenta problemas em relação a alimentação, por não saber quando vão poder se alimentar novamente, ou seja, “existem 17 milhões de pessoas em alto risco de insegurança alimentar, e a UNICEF estima que 400.000 crianças são gravemente desnutridas, dando-lhes pouca chance de se defenderem da cólera” (UNICEF, 2017). Partindo dos dados apresentados, a atuação da Cruz Vermelha e dos Médicos Sem Fronteiras vêm para amparar a população iemenita que sofre de falta de saneamento básico, doenças, ausência de água potável e comida em abundância, além do conflito armado presente no país.

No capítulo sobre trabalho humanitário, Beigbender identifica três gerações de ONGs. O primeiro, baseado na fé e tradição cristã, vai de volta às origens da igreja cristã e hoje é representada por Organizações Católica Romana e Protestante. A segunda geração é bastante simples o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, "um movimento inspirado no Cristianismo e nascido do Cristianismo, mas, ainda assim, não religioso em caráter". A terceira geração apareceu na década de 1960 com o advento das organizações médicas "sans frontieres" que adotaram e praticou "o direito e o dever de intervir internacionalmente em questões humanitárias" (MEURANT, 2010, p. 335 apud BEIGBEDER, p. 59, tradução nossa).

A fundação da Cruz Vermelha foi realizada em 1859, para o qual o objetivo principal era ajudar soldados feridos em batalhas. Foi ainda estabelecido pela primeira convenção da Comissão Internacional da Cruz Vermelha (CICV), realizada em Genebra, que os soldados deveriam ser atendidos independente do lado em que estavam lutando. A partir disso, o procedimento da Cruz Vermelha passou a se basear em ajudar pessoas em locais de conflitos armados, prestar serviços médicos; levar informações legislativas à população; prestar auxílio a requerentes de asilo político, refugiados e migrantes; ações contra minas terrestres; ciência forense; segurança

econômica da população em zona de conflito; aborda a violência sexual, a partir da prerrogativa de utilização do estupro como arma de guerra e capacitação de pessoas com deficiência e reabilitação física (CICV, 2020). A Comissão Internacional da Cruz Vermelha possui 18 mil funcionários em 90 países, atuando na África, Américas, Ásia e Pacífico, Europa e Ásia Central e Oriente Médio. O financiamento da instituição é feito por Estados que fazem parte da Convenção de Genebra, Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, organizações supranacionais e doadores públicos e privados. Abaixo pode-se ver os números de benefícios realizados pela Organização de janeiro a junho de 2018 no Iêmen.



Figura 1 - Atuação da CICV no Iêmen em 2018

Fonte: Cruz Vermelha

Já a Médicos sem Fronteiras surgiu em Paris no ano de 1971, com o intuito de levar ajuda médica às pessoas que necessitam, independentemente do local onde vivem. No presente momento, a OING leva ajuda médica às pessoas afetadas por conflitos armados, epidemias e desastres naturais (ZACHARIAH *at al*, 2010, p.1, tradução nossa), sendo que as equipes estabelecem parâmetros e realizam avaliações para determinar as necessidades de auxílio do local a receber ajuda, utilizando critérios como a gravidade da crise humanitária, os níveis de doença e mortalidade da população, a gravidade dos cuidados com a saúde e o valor que eles



podem levar aos afetados. As equipes podem, no decorrer de seu trabalho, testemunhar violência contra a população e negligência governamentais, auxiliando a população com manifestações públicas para trazer à tona uma crise, denunciar abusos, contestar o desvio de assistência ou apelar por políticas que limitem o acesso a cuidados médicos ou medicamentos essenciais (MSF, 2020). Além desses, a MSF realiza estudos que quase sempre incluem indivíduos do Ministério da Saúde nacional ou distrital e, às vezes, instituições acadêmicas locais. Isso é realizado para incentivar a copropriedade e responsabilidade das partes locais interessadas nas conclusões do estudo. Isso aumenta a possibilidade de que os resultados influenciem a política nacional. (ZACHARIAH *et al*, 2010, p.6) A realização de tais projetos acaba por incentivar ainda mais a participação e cooperação de Organizações Internacionais Não Governamentais com órgãos Estatais.

A Médicos Sem Fronteiras possui 36.482 funcionários ao redor do globo, atuando na África, nas Américas, Ásia e Pacífico, Europa e Oriente Médio e suas doações são advindas da sociedade civil e privada. Abaixo segue o quadro da atuação da OING no ano de 2018, realizado em 74 países.



Figura 2 - Atuação da MSF em 2018

Fonte: Médicos Sem Fronteiras

O trabalho das Organizações Internacionais Não Governamentais em questão se iniciou no Iêmen devido ao conflito originado da Primavera Árabe em 2011, na qual a população de diversos países árabes e do Norte da África realizaram manifestações e protestos contra os governos de seus respectivos países, alegando repressão do Estado. Serr (2018) aponta que o início da guerra do Iêmen se deu em janeiro de 2015, quando os Houthis, também conhecidos como clã de Zaydi-Shi'a (que afirma ser descendente do profeta Muhammad, e é caracterizado pelo sincretismo e a busca por um governo considerado justo) tomaram o palácio presidencial. O governo do Iêmen tentou controlar todo o país com a ajuda de forças de segurança leais a Saleh, mas sua expansão conseguiu conquistar segmentos significativos da população

iemenita: “A Al Qaeda na Península Arábica (AQAP) e um ramo do nascente Estado Islâmico (EI) exploraram a fraqueza do estado, afirmando o controle territorial no sudeste do Iêmen”(SERR, 2018, p.2, tradução nossa). Assim, iniciou-se uma guerra que perdura até os dias atuais, tornando o Iêmen o país com a maior crise humanitária do mundo.

A atuação das OINGs em questão perdura até o presente momento, levando amparo médico e social para a população iemenita. Mesmo enfrentando dificuldades devido à guerra, bombardeio nos centros médicos onde atuam e a escassez de medicamentos, o relatório anual de 2018 do Médicos Sem Fronteiras apresenta que a equipe trabalhou em 13 hospitais, prestando apoio a mais de 20 unidades de saúde em 12 municípios do Iêmen, enquanto a Cruz Vermelha possui voluntários em território iemenita que trabalham 24 horas para auxiliar a população. Um aspecto que gera insegurança para essas OINGs, são restrições de acesso que impediram organizações de coletar dados confiáveis sobre as necessidades nutricionais e humanitárias em todo o país (MSF, 2018). Meurant (2010) salienta que ONGs que atuam no tratamento de violações têm papel importante pois que elas agem como um elo de comunicação entre o público em geral e organizações intergovernamentais e sobretudo como porta-voz das vítimas. Abaixo segue os dados de atendimento no ano de 2018 relativos ao território iemenita.



Figura 3 - Dados de atendimento MSF - 2018 no Iêmen

Fonte: Médicos Sem Fronteiras

A atuação dessas OINGs traz para a população do Iêmen condições básicas de sobrevivência, bem como diversos auxílios para melhorar a vida do povo que

enfrenta problemas devido a guerra e por conta da falta de água, alimentos e saneamento básico e doenças. A atuação destas e de tantas outras, contribuem para uma melhor cooperação na Sociedade Internacional, demonstrando que não só Estados conseguem levar auxílio e prestar serviços de base a população.

## **CAPÍTULO 2**

Para estabelecer uma linha cronológica do que levou o surgimento da Guerra no Iêmen em 2015, é necessário fazer um retrospecto histórico para dezembro de 2010 e o que foi desencadeado naquele momento, não só no Iêmen, mas no mundo árabe como um todo. Tendo em vista o conceito de Estado utilizado no capítulo anterior e que a maneira como o governo rege a população determina, ou não, sua legitimidade, partiremos para o contexto da Primavera Árabe que, em seu desdobramento, levou a diversos outros conflitos regionais, entre eles a Guerra no Iêmen.

### **2.1 - O contexto que levou a Guerra do Iêmen**

Em dezembro de 2010, na cidade Tunisiana, Sidi Bouzid, um homem chamado Mohammed Bouazizi ateou fogo em seu próprio corpo como uma forma de protesto pela humilhação policial que sofreu, por não possuir uma determinada licença para venda de vegetais. Esse ato foi o estopim para jovens tunisianos em massa, começarem a protestar pelo país por melhores direitos. O até então presidente, Ben Ali, prometeu uma melhoria nas condições empregatícias para a população e criticou os protestos que ocorriam. Decorrente disso, em 14 de janeiro de 2011, não aguentando a pressão dos protestos Ben Ali renuncia seu cargo na presidência, iniciando assim a chamada Primavera Árabe (AL-AGHA, 2015, p. 23). Inspirado pelos protestos tunisianos, outros países começaram a protestar por melhorias começando pelo Egito, que teve o conhecido Dia da Revolta, onde os cidadãos egípcios foram às ruas em massa pedindo a renúncia de Mubarak pelo fato do mesmo permanecer a 33 anos no poder e os altos índices de desemprego, bem como a vontade de popular de terem um governo democrático. No dia seguinte aos protestos no Egito, a população iemenita foi às ruas também para protestar contra Ali Abdullah Saleh, pedindo sua renúncia pela permanência no poder após três décadas. Dessa forma, outros países como Marrocos, Sudão, Síria, Líbia e diversos outros países árabes, seguiram o

exemplo e começaram a protestar por diversas demandas, sendo sua maioria pela mudança de governo e melhorias trabalhistas.

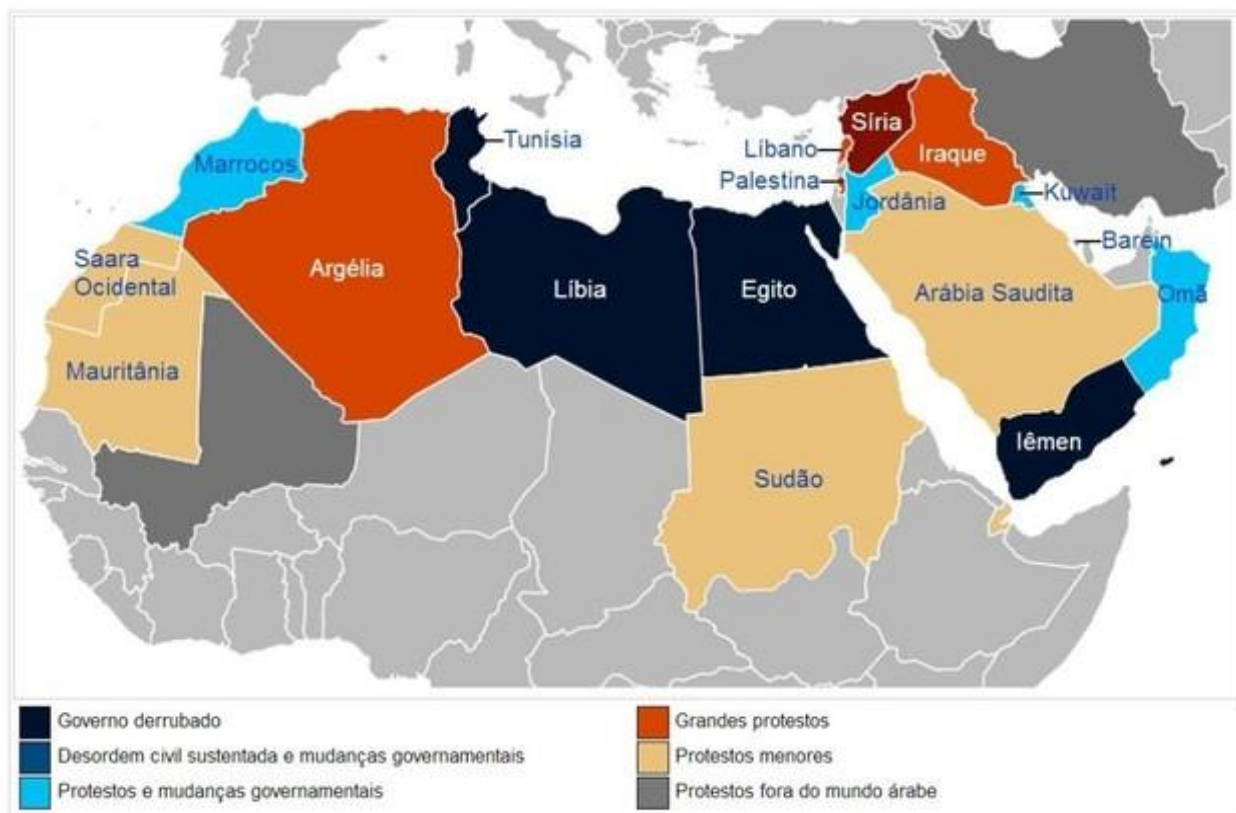


Figura 4 – Mapa dos países envolvidos na Primavera Árabe

Fonte: Toda Matéria

No mapa acima, é possível ver todos os Estados que passaram pela Primavera Árabe, e o que a população pedia com os protestos. Com o surgimento desses movimentos e as retaliações que a população sofria por conta disso, Çakmak (2019) diz que a Organização das Nações Unidas, por meio do Conselho de Segurança da ONU, não achou que fosse necessária a intervenção da Sociedade Internacional ou que se tratasse de uma questão de urgência, o autor salienta que não foi exercida a Responsabilidade de Proteger prevista pela ONU (R2P, 2001), onde “nos casos em que as autoridades nacionais são incapazes, ou não querem, proteger as pessoas de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra ou limpeza étnica, a comunidade internacional tem a responsabilidade de intervir” (ÇAKMAK, 2019, p. 20). Era notório os crimes contra a humanidade que ocorriam na Primavera Árabe, onde os próprios governos tentavam aniquilar a parte da população com

pensamento contrário a eles, com os exércitos dos países indo às ruas e agredindo os manifestantes.

a ONU geralmente reage quando um levante ou revolta se transforma em um desafio humanitário ou quando um risco de instabilidade ameaça à paz e a segurança internacionais. Para que a ONU atue com base no princípio da "responsabilidade de proteger" (R2P), qualquer crise humanitária deve receber amplo reconhecimento e aceitação por parte do mercado internacional comunidade (ÇAKMAK e ÖZÇELİK, 2019, p.4 apud ÇAKMAK, tradução nossa).

De acordo com o Instituto de Direitos Humanos do Cairo (CIHRS, 2012) sem a aprovação do *Gulf Cooperation Council* (GCC) ou da Liga Árabe, a comunidade internacional quase ou não tomou ação alguma para prestar auxílio, e em relação ao Bahrein, Egito, Síria e Iêmen. É salientado pelo CIHRS, que as Organização das Nações Unidas falharam em fornecer uma proteção palpável para movimentos democráticos e de direitos humanos, como previsto na Responsabilidade de Proteger, e vários Estados dentro dessa instituição bloquearam a criação de consequências punitivas para a repressão brutal de tais movimentos, enquanto a população protestava nas ruas por seus direitos.

Essas observações confirmam o que muitos concluíram no ano passado: os movimentos de protesto na região árabe não apenas têm um aparato nacional de repressão e autoritarismo para superar, mas devem lutar com atores globais que muitas vezes favorecem líderes tirânicos em detrimento da vontade popular do pessoas que governam e demonstraram disposição para fornecer apoio internacional e impunidade aos ditadores que consideram aliados, mesmo quando esses ditadores optam por manter seu poder por meio de brutalidade inimaginável (CIHRS, 2012, p. 5, tradução nossa).

Era evidente o descaso internacional para com a população dos países que passavam pela Primavera Árabe, a busca pela democracia e pelo estado de direito acabou por acarretar mais de 11 mil pessoas sendo forçadas a deixar suas casas na Síria, por exemplo.

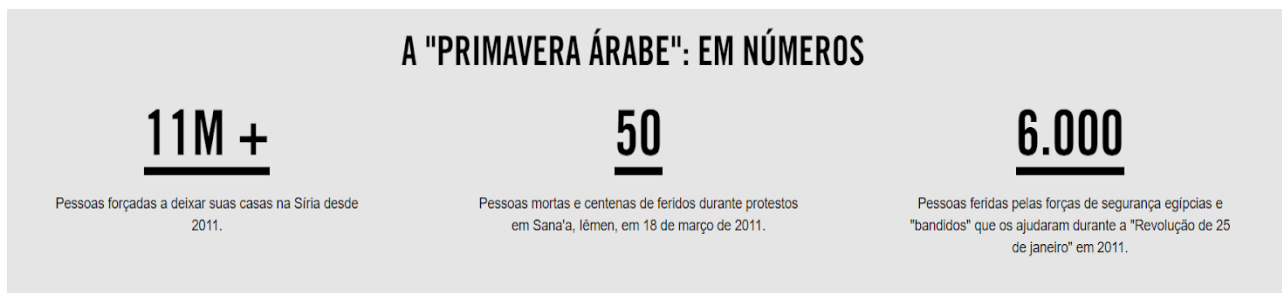


Figura 5 - A Primavera Árabe em números  
 Fonte: Amnesty International

Foram 34.955 mortes decorrentes da Primavera Árabe apenas em um ano, de acordo com a US News (2011). O final dessa onda de protestos e retaliações ocorreu apenas em dezembro de 2012, e ainda assim desencadeou quatro guerras civis, sendo elas no Iêmen, na Líbia, Síria e Iraque.

## 2.2 - A Guerra no Iêmen (2015-2019)

Em 25 de janeiro de 2011, iniciou-se os protestos no Iêmen pedindo a retirada do presidente Ali Abdullah Saleh pela permanência de três décadas e a busca por um governo democrático no poder. Alguns meses depois, Saleh sofreu uma tentativa de assassinato e teve seu corpo queimado, após este ato ele foi para a Arábia Saudita fazer um tratamento para as queimaduras que sofreu. A relação do Iêmen com a Arábia Saudita sempre foi de altos e baixos, por conta de disputas territoriais e diversos tratados de cooperação relacionados às questões territoriais, já que “as fronteiras iemenitas foram delimitadas a partir de articulações políticas, especialmente sob o imperialismo saudita em que o Iêmen fora submetido por grande parte de sua história” (MARRA, 2019, p. 6). Houve também a questão do muro criado pela Arábia Saudita para não receberem iemenitas, com a justificativa de estarem se protegendo do extremismo jihadista, como salienta Marra (2019). Com a volta de Abdullah Saleh ao Iêmen, o presidente foi recebido por protestos e assim teve início a retaliação do governo iemenita para com a sua população. Houve uma intensa onda de manifestações e com toda a pressão que sofria por conta desses atos, Saleh então renuncia e o vice presidente Abd Rabbu Mansour Al-Hadi, assume o poder (AL-AGHA, 2015, p. 28). Dessa forma foi desencadeada a Primavera Árabe no Iêmen, onde a



população mesmo com a saída do presidente continuava protestando pela reivindicação de democracia e por direitos melhores de trabalho, o descontentamento era enorme e com isso o presidente que assumiria teria diversas demandas.

De acordo com Serr (2018) o presidente Al-Hadi passou por uma série de problemas, como ataques de autoria assumida pela Al Qa'ida; movimento separatista no sul do país, a contínua lealdade de muitos oficiais militares ao ex presidente, e corrupção, desemprego e insegurança alimentar. Devido a esses fatores um grupo chamado Houthis do movimento Zaydi - um ramo do xiismo, que é exclusivo do Iêmen e considerado moderado - aproveitou da fraqueza pela qual o novo governo enfrentava e a falta de lealdade de alguns membros da segurança do país e atacaram Sana'a, bem como outras partes do norte do Iêmen assumindo assim o controle desses locais até 2014. Contudo:

Em janeiro de 2015, os Houthis tomaram o palácio presidencial, criando um sombra governo e reforçar seu controle sobre Sana'a colocando Hadi e seu governo sob prisão domiciliar. Algumas semanas depois, eles completaram seu golpe de Estado em estabelecer um "conselho revolucionário" e outros órgãos governamentais associados. Hadi acabou escapando para Aden, no sul do Iêmen, acusando os Houthis de perpetrar um golpe e enfatizar sua própria legitimidade como o chefe de estado reconhecido. Hadi foi rápido em formar uma aliança anti-Houthi / Saleh isso incluía elementos do movimento separatista do Sul, islamitas e tribais principalmente do sul e de áreas sunitas do norte (SERR, 2018, p. 2, tradução nossa).

O caos foi instaurado no Iêmen, onde os Houthis tentaram assumir o controle do restante do país tendo o apoio dos militares que ainda apoiavam o ex presidente Ali Abdullah Saleh. Clausen (2018) salienta que a aliança entre os Houthis e Saleh garantiu ao grupo o controle de aproximadamente 60 por cento dos militares iemenitas e até 68 por cento do estoque militar do Iêmen. Além disso, o autor apresenta que desde 2011, a autoridade governante de fato em Saada tem sido dos Houthis e não governada diretamente por Saleh, onde o grupo era encarregado de administrar os postos de controle, segurança de estradas, cobrança de impostos, supervisão da administração do governo local e administrar a justiça, controlando assim as principais instituições do governo iemenita. No mapa abaixo é retratado a operação militar no Iêmen, onde o país é separado em cores de acordo com quem está comandando cada região do país, o que evidencia a fragilidade do local por estar sob controle de diversos

grupos que se enfrentam constantemente colocando a sociedade civil em risco. As regiões dividem o controle entre os Houthis, o governo e a al-Qaeda, sendo alguns desses locais sob o comando de mais de uma dessas forças.

## Military Operation in Yemen

Saudi Arabia and a number of Persian Gulf states launched a military operation in Yemen, having declared the intention to defend the country's legitimate government from the Houthi militants

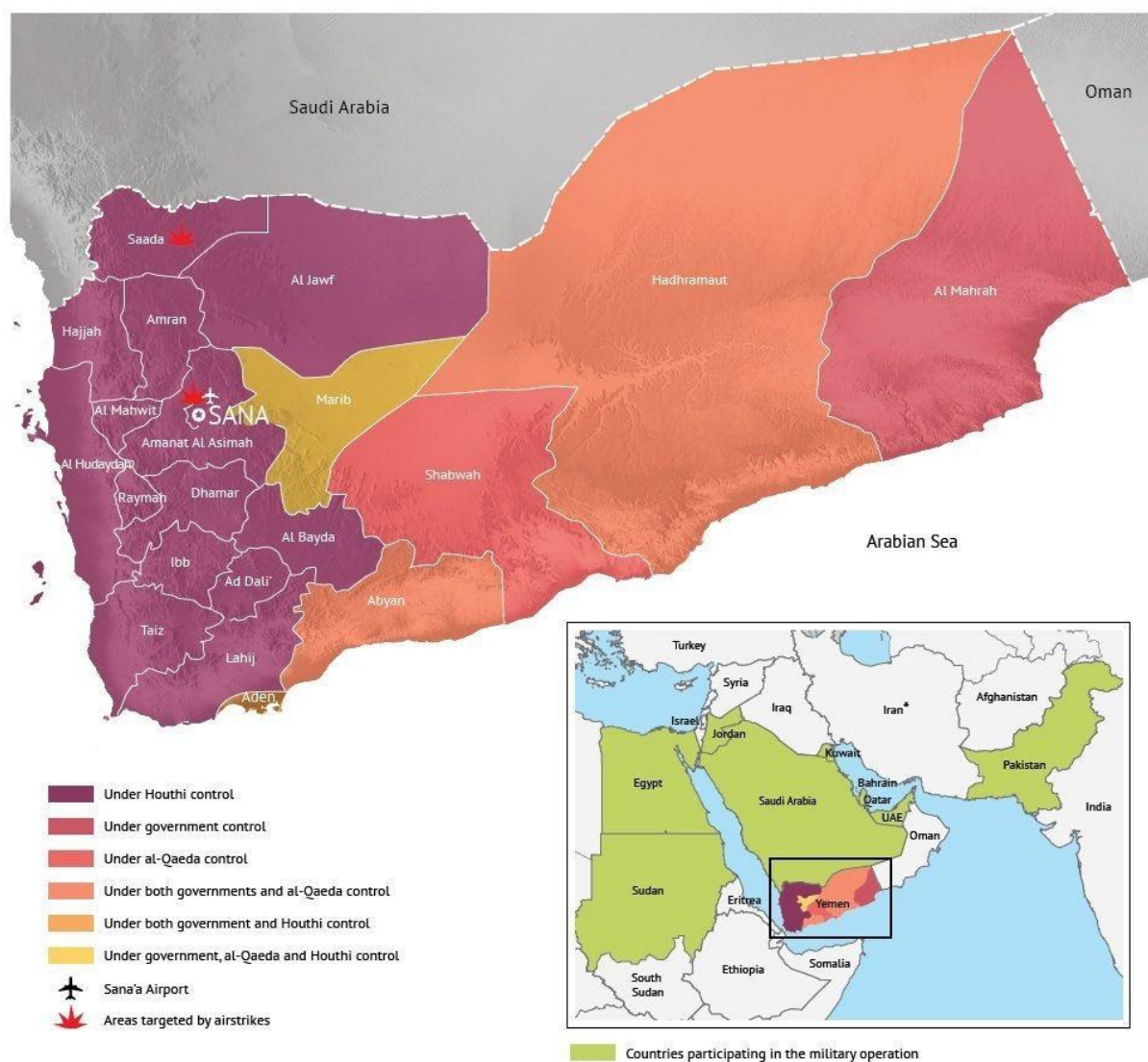


Figura 6 - Operação Militar no Iêmen

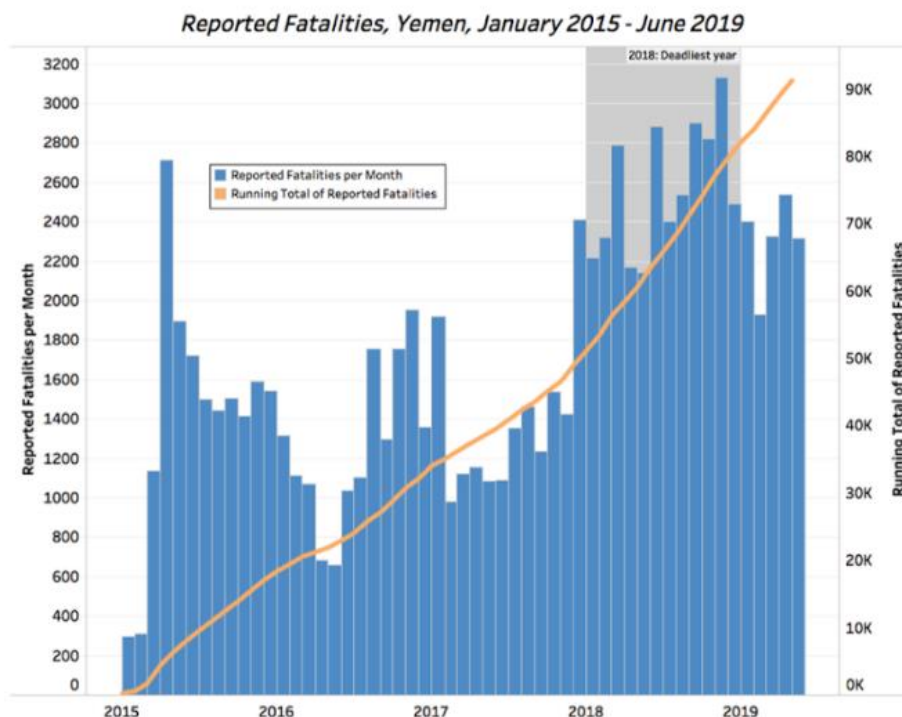
Fonte: ria.ru, en.eurasianunion.ch

Serr (2018) aponta para a interferência externa no conflito iemenita, onde pode-se encontrar dois grupos distintos. O primeiro seria dos Houthis aquele aliado com o ex presidente Saleh, que possuía apoio do Irã; e o segundo grupo anti Houthis, que apoiava o presidente recém chegado no poder o qual possuía apoio dos Estados Unidos e outros países do ocidente.

Particularmente nas partes do norte do Iêmen, a intervenção liderada pelos sauditas é comumente vista como uma guerra contra o Iêmen, e não como uma intervenção em uma guerra civil. A Arábia Saudita e o Iêmen têm uma longa história compartilhada em que a Arábia Saudita procurou influenciar e controlar os eventos no Iêmen. Este tem sido um elemento importante no movimento Houthi desde o seu início. Os sauditas têm continuamente descrito os Houthis como um procurador iraniano, o que atrapalhou a transição do Iêmen e destituiu o presidente legítimo do Iêmen. No entanto, segundo todos os relatos, o Irã teve influência muito limitada sobre os Houthis até o início da intervenção militar liderada pelos sauditas (CLAUSEN, 2018, p. 569, tradução nossa).

Aproveitando o momento em que se encontrava o Iêmen, a Al-Qa'ida e um ramo do Estado Islâmico declararam o controle da parte sudeste iemenita. A aliança entre aqueles que simpatizavam com os Houthis e Saleh acabou em 2017, sendo o ex presidente morto pelos Houthis e dessa forma fortalecendo o poder do grupo na região. Ocorreram diversos assassinatos em sequência, de apoiadores do ex governo, ativistas e jornalistas, na maioria das vezes sem acusações ou embasados na lei, como salienta Clausen (2018). O autor ainda aponta para o quesito de aquisição de armamentos, onde o Irã apoiando os Houthis transferiram os artefatos bélicos leves e moderados para o grupo, existem ainda fortes indícios que também houve o recebimento de armamentos mais sofisticados, incluindo mísseis balísticos que foram lançados contra a Arábia Saudita. O conflito em território iemenita se torna na realidade palco de uma disputa entre Irã e Arábia Saudita, com o intuito de aumentar a sua influência no Oriente Médio, Serr (2018) afirma que esse fator aumenta ainda mais a instabilidade na região. Nota-se no gráfico abaixo um aumento gradativo de mortes no decorrer dos anos, devido aos fatores apresentados anteriormente.

Gráfico 1 - Fatalidades relatadas no Iêmen, janeiro 2015 - junho 2019



Fonte: ACLED

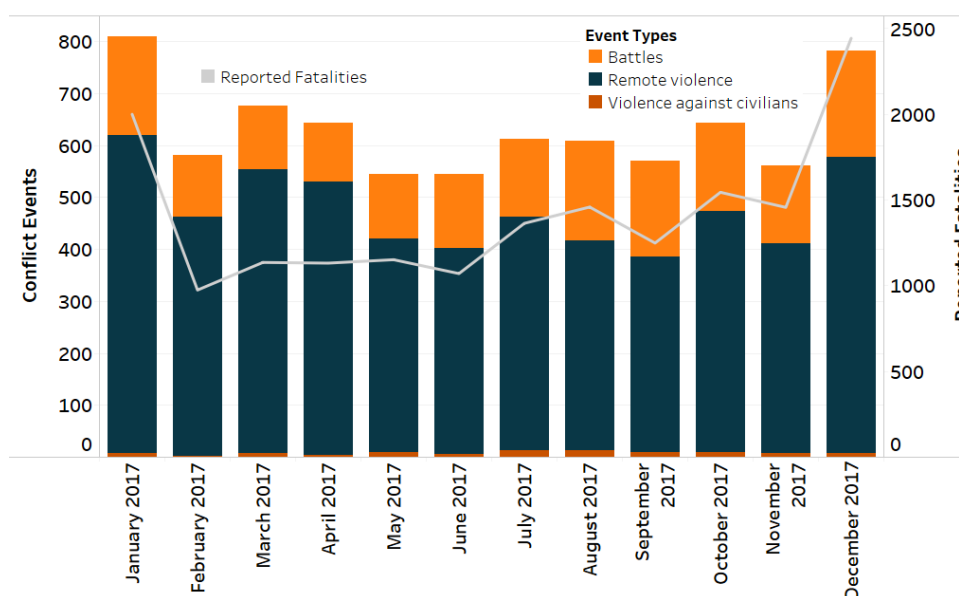
Em novembro de 2017, a crise iemenita aumentou quando os Houthis lançaram um míssil no aeroporto King Khalid, localizado perto da capital da Arábia Saudita. Por mais que o míssil tenha sido interceptado por um sistema de defesa aéreo estadunidense, os efeitos políticos que o ato desencadeou foram enormes, como enfatizado por Serr (2018), já que esse ato levou a um bloqueio aéreo e marítimo no Iêmen, aumentando ainda mais a crise humanitária no país. “De acordo com a Organização Mundial de Saúde, sete milhões de iemenitas estão à beira da fome, incluindo 2 milhões crianças, e existem 900.000 pessoas infectadas com cólera, sendo que mais de 2.000 já morreram” (SERR, 2018, p. 6, tradução nossa). A interferência dos Estados Unidos da América no conflito, fornecida por meio de apoio militar, aparenta ser por conta do acordo nuclear feito com o Irã e a luta contra o terrorismo, já que o Iêmen tem locais liderados por esses grupos, além do interesse estadunidense pela costa do Iêmen, como é apontado pelo autor. Quanto maior a intervenção externa em um local de conflito, maior a chance desse aumentar sua intensidade, vide que o Irã em resposta a esse apoio dos Estados Unidos a Arábia

Saudita, aumentou a quantidade de armamentos enviados aos Houthis. Além do fato que:

O conflito no Iêmen tem três implicações principais para Israel. Primeiro, auxiliando o Houthis oferece ao Irã a oportunidade de testar novas armas e táticas que pode muito bem acabar nas mãos do Hezbollah ou do Hamas, e pode representar um verdadeiro ameaça a Israel. Particularmente dignos de menção são o uso de aeronaves aéreas e marítimas drones como "veículos assassinos", o que poderia colocar em perigo as plataformas de gás de Israel no Mediterrâneo (SERR, 2018, p. 10, tradução nossa).

O gráfico abaixo fornecido pela ACLED, apresenta os números de batalhas, violência remota - o que se refere a eventos em que a ferramenta para se engajar em conflito não exija a presença física do praticante - violência contra civis e as fatalidades que foram reportadas no ano de 2017. Mostrando em números a brutalidade que os atos relatados anteriormente proporcionaram no Iêmen. Na perspectiva dos analistas do ACLED (2018) a presença de uma diversos agentes no conflito é um grande obstáculo para reduzir os níveis de violência no país, "atores não estatais, como combatentes tribais, grupos islâmicos e outras milícias políticas, geralmente operam em conjunto com as várias autoridades governamentais do Iêmen e contam com o apoio das elites domésticas e de governos estrangeiros".

Gráfico 2 - Número de eventos de conflito e fatalidades relatadas por tipo no Iêmen, 2017



Fonte: ACLED

No mapa abaixo é possível notar que mesmo com o passar dos anos a guerra continua cada vez mais complexa e levando a vida de milhares de pessoas, inclusive civis inocentes. É retratado apenas o ano de 2019 no mapa, porém ao todo já foram mais de 10.000 mortos com 400.000 feridos de acordo com a ACLED.

## Deadliest conflict events in Yemen

All events resulting in 30 or more reported fatalities from 1 January 2019 to 26 October 2019

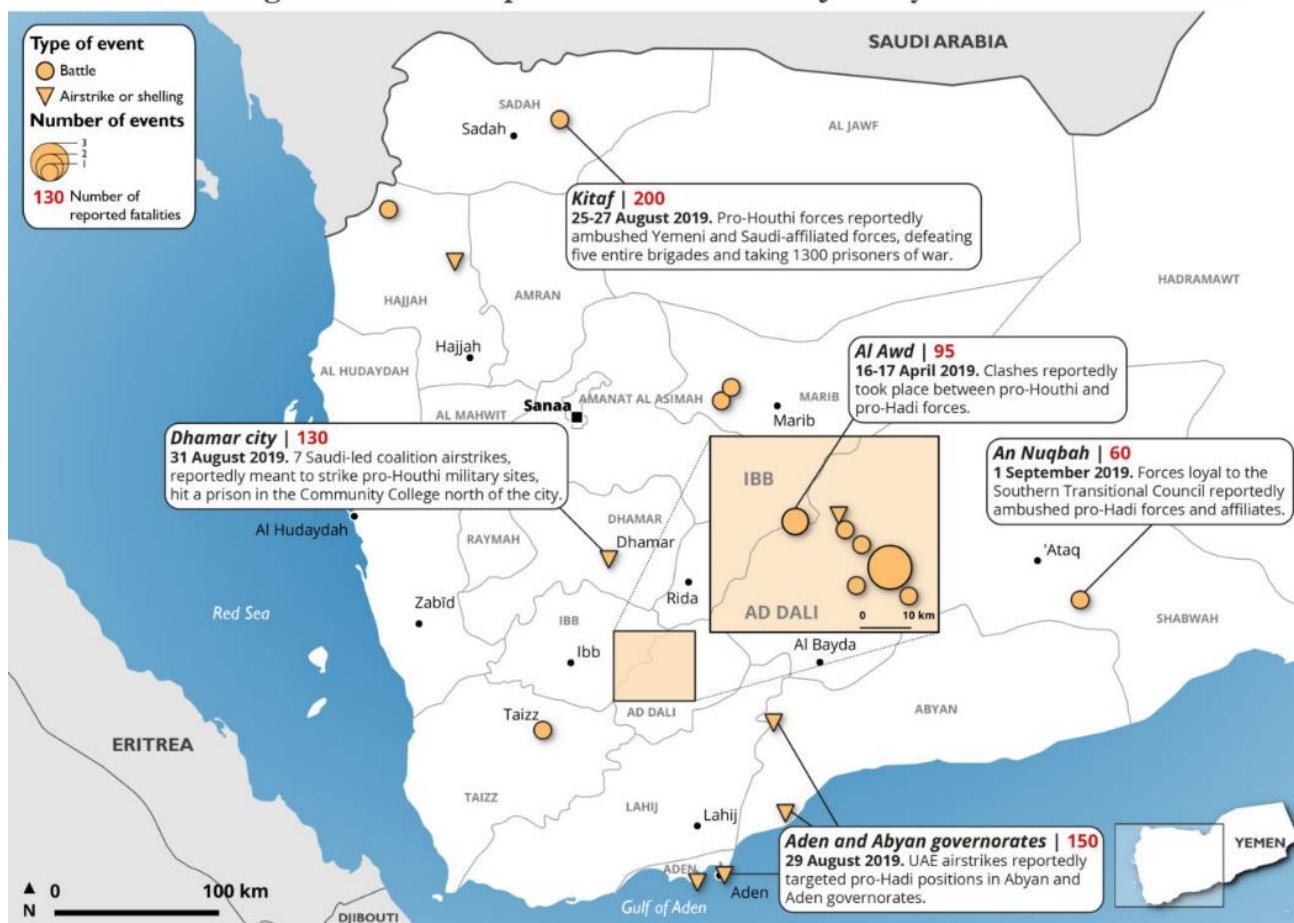


Figura 7 - conflitos mais mortais no Iêmen

Fonte: ACLED

Pela ótica de Serr (2018), as condições de hostilidade do Iêmen em meio a guerra mostram que o conflito que perdura no país provém de intervenções e uso da força advindas de outros países, além da guerra civil entre os grupos de facções de oposição aliadas ao ex-presidente Saleh, o qual possui apoio iraniano, *versus* o grupo que apoia o governo Hadi, sendo uma coalizão liderada pela Arábia Saudita com apoio norte-americano e de outros países do Ocidente, como abordado anteriormente. A Carta das Nações Unidas prevê no capítulo VII, artigo 42 que, caso o Conselho de

Segurança acredite que as medidas previstas pelo artigo 41 não tenham demonstrado resultado, “poderá levar, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais” (ONU, 1945).

Segundo a Human Rights Watch (HRW), foi documentando que os Emirados Árabes Unidos e forças do governo do Iêmen detiveram, torturaram e desapareceram com dezenas de pessoas no sul do país. Em Aden, os guardas torturaram, estupraram e executaram migrantes e requerentes de asilo, além de que o governo fechou a instalação da HRW que documentava os abusos sofridos pela população (HRW, 2019).

Em 2018, o Grupo de Especialistas Eminentes sobre o Iêmen da ONU concluiu que as forças de Houthi, Iemenita, Saudita e dos Emirados Árabes Unidos estavam incrivelmente implicadas em abusos relacionados à detidos que podem equivaler a crimes de guerra. Os Emirados Árabes Unidos administram centros de detenção informais no Iêmen, mas não reconheceu qualquer papel no abuso de detidos nem conduziu nenhuma investigação aparente. Altos funcionários implicados em abusos permanecem em posições de autoridade em todo o país (HRW, 2019).

Segundo a Human Rights Watch, milhares de civis foram deslocados no avanço dos combates na costa oeste do Iêmen nos anos de 2017 e 2018. Foram restringidas a fuga de algumas famílias que queriam sair da linha de frente do conflito, vários trabalhadores humanitários foram sequestrados e mortos ao conduzirem operações de ajuda humanitária no Iêmen.

A atuação de “ajuda” externa para colocar um fim à guerra do Iêmen ainda não conseguiu o ato cessar fogo, em 5 anos de conflito. De acordo com a British Broadcasting Corporation (BBC), os Emirados Árabes Unidos que é aliado da Arábia Saudita neste conflito, retirou suas tropas do Iêmen em julho de 2019. Em agosto deste mesmo ano, houveram combates no sul do país entre as forças do governo e o movimento separatista e de acordo com o ACLED, em outubro de 2019 haviam sido registrados mais de 100.000 mortes, foram mais de 23.000 mortes no ano, sendo o segundo mais letal de todo o conflito, como salienta a British Broadcasting Corporation. Com relação a crise humanitária, um relatório recente feito pela Human



Rights Watch apresenta que as “restrições aos suprimentos humanitários e às importações comerciais impostas tanto pela coalizão liderada pelos sauditas quanto pelos houthis agravaram a catástrofe humanitária” (Atlantic Council,2018). O Iêmen continua sendo o palco para a maior crise humanitária do mundo, como será mais abordado no próximo capítulo.

### **2.3 - Países que interviram na Guerra do Iêmen**

Além da atuação de Organizações Internacionais Não Governamentais, existem países que prestam auxílios através de doações ou envio de ajuda humanitária para auxiliar os países que enfrentam dificuldades. A ajuda humanitária nem sempre tem o bem da população como objetivo principal, existem fatores socioeconômicos que influenciam de maneira direta nas intervenções e envio de ajuda humanitária por parte dos países da Sociedade Internacional. Mitchell (1970) criou uma teoria transnacional que aborda o quesito intervenções, aspectos econômicos, educacionais, militares e políticos. O autor estabelece então quatro fatores que influenciam a intervenção, sendo eles: as características do país em conflito; as características de quem está intervindo; padrões que ligam os grupos mencionados e por fim, o carácter do sistema internacional. No caso iemenita os fatores mencionados podem ser ordenados da seguinte forma: Primeiro fator - A localização do Iêmen se encontra a oeste da península arábica, fazendo fronteira com a Arábia Saudita e Omã, tendo ao Sul o Mar da Arábia e o Golfo de Áden e ao Leste o Mar Vermelho, ou seja, possui uma boa localização na perspectiva geopolítica. A economia é fortemente dependente da exportação de petróleo.

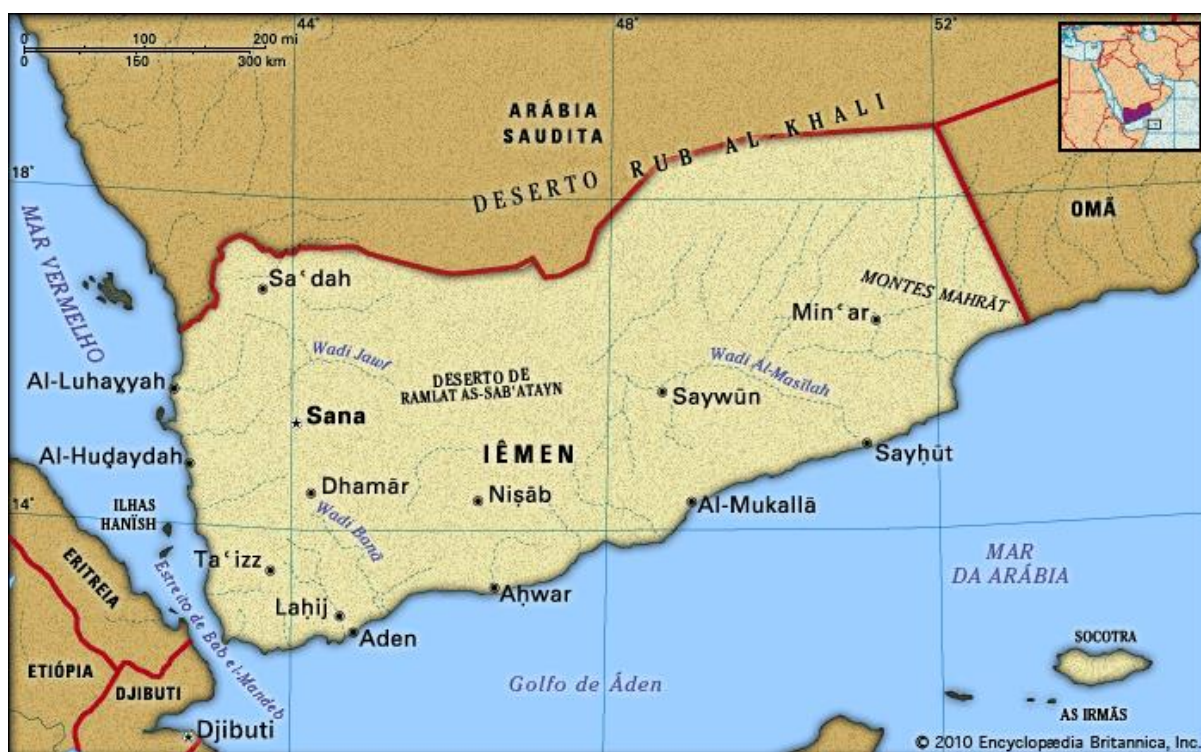


Figura 8 - Mapa do Iêmen

Fonte: Encyclopædia Britannica, Inc

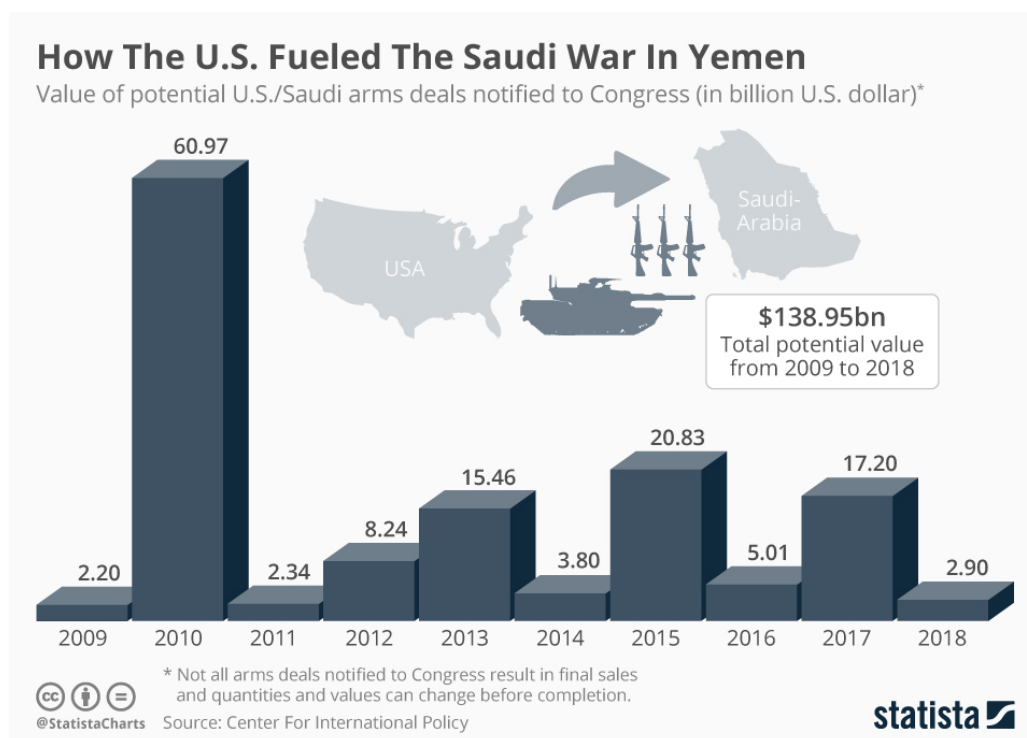
O segundo fator, diz respeito a característica do país que está intervindo, no caso apresentado são vários Estados: Arábia Saudita se deve a disputa territorial que possui com o Iêmen a vários anos, além da vontade de restaurar o governo iemenita, retirando os Houthis do país. Os países Ocidentais presentes se caracterizam pela questão econômica e por zona de influência, “Estados Unidos, França e Inglaterra possuem papel secundário no conflito, cuja participação indireta se dá principalmente pela venda de artefatos bélicos e inteligência” (MARRA, 2019, p. 2). O padrão que liga os países que intervêm e o país que está sofrendo intervenção, consiste ao combate ao terrorismo pela presença de grupos terroristas no local como a Al Qa'ida, que têm influenciado em algumas regiões do Estado, aumentar a zona de influência na região. E por último entra o caráter do Sistema Internacional, que como abordado no primeiro capítulo, consiste em um número pequeno de membros que atua em prol de um problema específico, no caso o combate ao terrorismo em território iemenita. Nota-se que a intervenção de outros Estados no conflito no Iêmen não foi para ajudar a

população através de ajudas humanitárias, e sim fomentando ainda mais a guerra no país.

A comunidade internacional falhou miseravelmente com o povo do Iêmen. A história não nos esquecerá nem nos perdoará: temos todo o poder financeiro, tecnologia e outros recursos para pôr fim a este conflito brutal, mas não honramos os padrões básicos de humanidade e dignidade humana. Somente uma solução justa e duradoura para a crise pode trazer mudanças e ajudar a garantir que o povo do Iêmen finalmente veja o fim de seu sofrimento (Naser Haghamed CEO Islamic Relief Worldwide, 2020, tradução nossa).

Outro ponto a ser ressaltado é a venda de arma feito pelas Estados Unidos, Reino Unido e França, as quais as munições foram as responsáveis pela morte de milhares de civis, além de terem violado as leis de guerra, de acordo com a Human Rights Watch (2019). A HWR ainda salienta que os EUA fornecem reabastecimento aéreo e outros apoios táticos a força de coalizão, enquanto o Reino Unido forneceu treinamento e armamento a eles, o que faz com que sejam cúmplices de ataques ilegais, juntamente com a França, esses países continuaram com a venda de artefatos bélicos para a Arábia Saudita e outros estados da coalizão. No gráfico abaixo é possível ver o fornecimento de armas dos Estados Unidos da América para a Arábia Saudita de 2009 a 2018

Gráfico 3 - Armamentos vendidos para Arábia Saudita



Fonte: Center for International Policy apud The Globalist

Outros membros da ONU que doam ao fundo de assistência humanitária do Iêmen, como a Suíça e a Suécia, também são um dos principais fornecedores de armas para a Arábia Saudita e a coalizão liderada por ela, as quais violam o Tratado de Comércio de Armas da ONU, de acordo com a Atlantic Council.

Em outubro, o Parlamento Europeu pediu aos Estados membros da UE que suspendessem as vendas de armas à Arábia Saudita devido à sua conduta no Iêmen, condenou os crimes de guerra da coalizão e pediu sanções contra os responsáveis por obstruir a assistência humanitária. [...] Holanda, Canadá, Bélgica, Irlanda e Luxemburgo apresentaram conjuntamente a resolução no Conselho de Direitos Humanos da ONU para continuar o mandato de uma investigação internacional independente (Atlantic Council, 2018, tradução nossa).

Nota-se, portanto, que parte da comunidade internacional foca mais no quesito econômico do que da ajuda humanitária que alguns países necessitam. Mesmo que alguns ainda que contribuam com essas doações, o ato de vender produtos bélicos para fomentar a guerra no país é de caráter criminoso e acaba por tirar a vida de milhares de inocentes todos os anos. Um exemplo disso são a Arábia

Saudita e os Emirados Árabes Unidos, esses países são os principais doadores humanitários do Iêmen (Atlantic Council, 2018). As Resoluções 2140 (2014) e 2216 (2015) do Conselho de Segurança da ONU, estabeleceu sanções no Iêmen onde os “indivíduos que violaram o direito internacional dos direitos humanos ou o direito internacional humanitário, ou obstruíram a entrega de ajuda humanitária, estão potencialmente sujeitos a viagens proibidas e congelamento de ativos” (HRW, 2019).

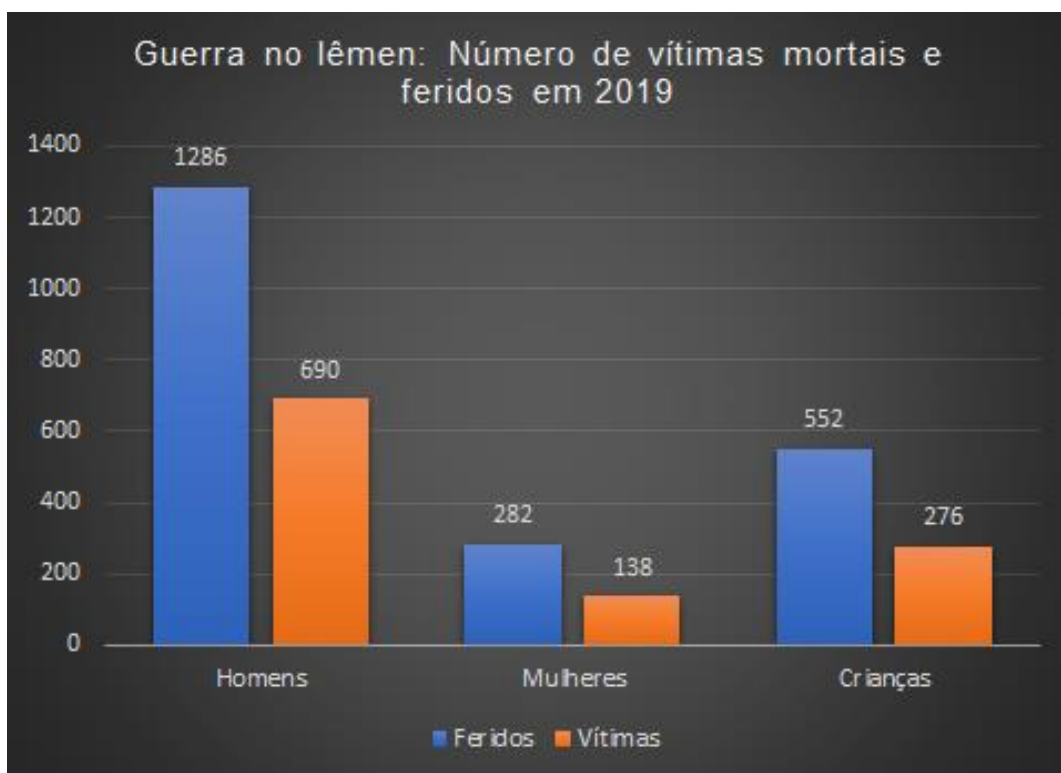
## **CAPÍTULO 3**

A partir dos fatores apresentados nos capítulos anteriores a respeito da Sociedade Internacional, bem como a atuação de seus membros, com enfoque nas Organizações Internacionais Não Governamentais e o contexto que levou ao início da Guerra do Iêmen, será abordado neste último capítulo como a Médicos sem Fronteiras e a Cruz Vermelha iniciaram seus trabalhos em meio ao conflito em território iemenita.

### **3.1 – Situação iemenita**

Com o conflito instaurado no Iêmen desde a primavera árabe, a população vem sofrendo de diversos problemas desencadeados pelo conflito, sendo eles a falta de saneamento básico, a falta de recursos para obter alimentos, água potável e medicamentos, além de diversos ataques por parte dos grupos que se enfrentam no país. Partindo do conceito apresentado pelo Departamento de pesquisa de paz e conflito do Programa de dados de conflito de Uppsala (UCDP), o conflito sendo estatal ou não “é considerado ativo se houver pelo menos 25 mortes relacionadas à batalha por ano civil em uma das díades do conflito”. Os dados a respeito do número de vítimas por conta da guerra no Iêmen, são de 100.000 mortos (referentes aos anos de 2015 a 2019) de acordo com o Projeto de Localização de Conflitos Armados e Dados de Eventos (ACLED), no ano de 2019 foram 1.104 mortos e 2.120 feridos dos meses de janeiro a março, como podemos ver no gráfico abaixo. É importante ressaltar que nesse número de vítimas e feridos não entram as mortes causadas por doenças, o que aumentaria consideravelmente a quantidade de número de óbitos no país, que por vezes é decorrente de doenças que poderiam ser facilmente evitadas com a existência de saneamento básico e a disponibilização de vacinas em todo o país.

Gráfico 4 - Guerra no Iêmen: Número de vítimas mortais e feridos em 2019



Fonte: Civilian Impact Monitoring Project; Elaboração da autora

Edwards (2019) salienta que desde a eclosão da guerra, 24,1 milhões de habitantes necessitam de ajuda humanitária, 3,34 milhões foram deslocados internamente e cerca de 10 milhões estão à beira da fome, sendo que o país possui 30,5 milhões de habitantes. Bcheraoui *at al* (2019) apresenta que o Iêmen é um dos países mais pobres da região, onde sua classificação consistia no 160º lugar em um ranking de 188 países, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do ano de 2014. De acordo com os autores, a estimativa é que 35% da população iemenita vivia abaixo da linha de pobreza nacional em 2015, e quase metade da população não possuía acesso a alimentos nutritivos.

As restrições da coalizão liderada pelos sauditas às importações pioraram a terrível situação humanitária. A coalizão atrasou e desviou tanques de combustível, fechou portos críticos e impediu a entrada de mercadorias nos portos marítimos controlados por Houthis. O combustível necessário para alimentar os geradores dos hospitais e bombear água para as casas também foi bloqueado (HRW, 2019).

Como abordado no primeiro capítulo, as Organizações Internacionais Não Governamentais, Médicos Sem Fronteiras e Cruz Vermelha, são de extrema importância para a população iemenita, já que estas proporcionam ajuda em relação a saúde, alimentação, higiene básica e cursos de apoio. A atuação dessas Organizações Internacionais Não Governamentais mostra como a atuação dessas Organizações na Sociedade Internacional converge para um bem coletivo, principalmente na manutenção dos Direitos Humanos em locais que não oferecem os princípios básicos a sua população.

### **3.2 – MSF no Iêmen. Atuação no local de conflito.**

A atuação da Médicos sem Fronteiras decorrente da guerra no Iêmen iniciou-se em setembro de 2014, quando os Houthis, assumiram o controle da capital Sana'a, porém, sua primeira atuação no país se trata de 1986. A atuação das Organizações Internacionais Não Governamentais no país acaba por serem limitadas, devido aos conflitos existentes na região, sobretudo as coalisões sauditas dificultam o acesso dos materiais médicos necessários para as OINGs no país, já que esses materiais passam através de locais com liderança dos Houthis. Foram realizadas 91.000 consultas ambulatoriais e 4.300 intervenções cirúrgicas em cinco hospitais ou clínicas durante o ano de 2014 (MSF, 2020). De acordo com a OING, em 2015, 11.700 pacientes foram tratados por lesões físicas, incluindo ferimentos de guerra e, entre janeiro de 2015 e janeiro de 2016, o número de pacientes internados no centro de traumas da Médicos Sem Fronteiras, em Aden, aumentou consideravelmente, onde mais de 80% dos ferimentos estavam relacionados à violência decorrente da guerra (MSF, 2020). No relatório anual de 2019 foram apontadas as atividades realizadas no ano, dentre elas assistência aos deslocados, assistência médica materno-infantil, surtos de doença como cólera, difteria e sarampo.





Figura 9 - MSF 2019 no Iêmen

Fonte: MSF

No ano de 2016, uma ambulância da OING foi atingida por um ataque aéreo, deixando sete mortos e dezenas de feridos, além de que por um período de tempo a equipe médica da MSF na cidade Sa'dah teve que viver no porão do hospital, por conta dos bombardeios que estavam ocorrendo na cidade, a qual se localiza próxima à fronteira com a Arábia Saudita. Durante o ano de 2019, a equipe do Médico Sem Fronteiras testemunhou diversos ataques a civis e instalações médicas, sendo um ano instável já que muitos grupos lutavam pelo poder do Estado. Além dos problemas relacionados com a segurança, muitos médicos abandonaram o trabalho pois os salários não eram pagos desde o final de 2016 e por poucos hospitais ainda estarem funcionando.

Foram recebidas vítimas em massa em diversas ocasiões derivadas de ataques, em uma delas foram tratadas 119 pessoas em menos de 24 horas. Em abril de 2019 foram realizadas 800 intervenções cirúrgicas decorrentes de violência (MSF, 2020).

O hospital Al-Thawra apoiado por MSF na cidade de Taiz foi submetido a 11 intrusões armadas, durante as quais um paciente foi morto. Reiteramos nosso apelo para que as garantias de proteção e salvaguarda das instalações de saúde, profissionais da área médica, pacientes e seus cuidadores sejam apoiadas e respeitadas (MSF, 2020).

A Médicos Sem Fronteiras e instalações apoiadas pela mesma, foram atingidas seis vezes desde o início do conflito, o que prejudicou a capacidade de atendimento da Organização. A falta de apoio dos Estados da Sociedade Internacional

para com as OINGs (no quesito segurança), que atuam e sofrem de ataques recorrentes é notória. As vidas da população civil e de todos os voluntários da Organização estão em risco e não existe uma movimentação para auxiliá-los ou conterem os ataques aos hospitais e postos de apoio, tanto a MSF quanto a Cruz Vermelha reiteram apelos constantes para garantias de proteção e salvaguarda, mas continuam sofrendo ataques.

O Sistema de Saúde do país se encontra em ruínas, principalmente a parte norte do Iêmen, já que os ataques aéreos se intensificaram de 2017 a 2018. Já na parte oeste, um dos maiores problemas foi devido à falta de capacidade cirúrgica, Mocha é o único local da região que possui um centro cirúrgico. Mais de 150 pessoas foram tratadas nesse local por conta de minas terrestres e artefatos explosivos, “Em setembro, um relatório da Conflict Armament Research apontou a produção em larga escala de minas e dispositivos explosivos improvisados de Ansar Allah” (MSF, [2018 ou 2019]).

A imagem abaixo disponibilizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), exemplifica as necessidades pelas quais a população iemenita está enfrentando, o que salienta a importância do trabalho das Organizações Internacionais Não Governamentais no local. A busca por reverter os casos de cólera, prestar assistência materno-infantil, disponibilizar água potável para população e auxiliar as famílias que passam fome e não tem condições de se alimentar, são algumas das ações realizadas pela Médicos Sem Fronteiras. Mesmo correndo risco de vida, os voluntários continuam os trabalhos no país, com o objetivo de salvar o maior número de vidas possíveis e colocar fim a epidemia de cólera, difteria e sarampo que assola o país.

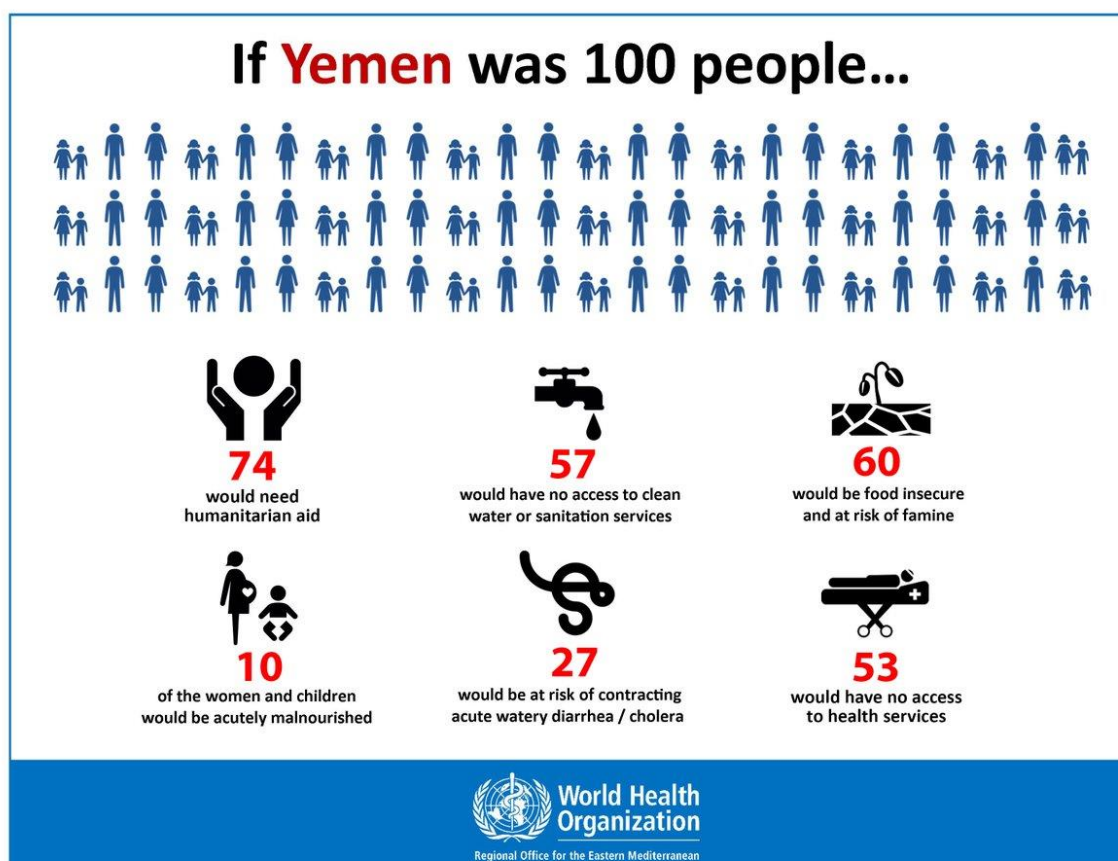


Figura 10 - Se o Iêmen tivesse 100 pessoas

Fonte: WHO apud The Globalist

De acordo com a MSF (2020) o financiamento do ano de 2019 providos de doadores individuais e instituições privadas forneceram 96,2% dos € 1,63 bilhões que receberam, sendo que desde 2016 apenas 2% do total dos fundos arrecadados provém de governos. A pluralidade da Sociedade Internacional faz com que a atuação dessas Organizações Internacionais Não Governamentais aconteça de maneira que não necessite diretamente de governos para a realização dos procedimentos considerados necessários e de base, sendo assim o posicionamento da sociedade e de outras Instituições é de extrema importância para que o projeto continue acontecendo, não só no Iêmen como em outras partes do mundo.

Os iemenitas lutam para ter acesso e pagar por produtos básicos, como combustível, alimentos e medicamentos, em razão de uma economia deteriorada. Além disso, o fechamento comercial do

aeroporto de Sanaa impediu que as pessoas procurassem tratamento no exterior (MSF, [2018 ou 2019]).

Dessa forma, é perceptível que apesar dos esforços das Organizações Internacionais Não Governamentais ainda existem muitos mecanismos que dificultam a atuação delas no país.

### **3.3 – CICV no Iêmen. Atuação no local de conflito.**

A atuação da Cruz Vermelha é realizada em turnos de 24 horas, sendo que no primeiro semestre de 2018, foram realizadas ajuda humanitária para 500.000 civis. Além de fornecer ajuda médica, a Organização presta auxílio ao hospitais e centros de saúde da região, fornecendo remédios e materiais de uso médico, trabalhando em parceria com o Crescente Vermelho do Iêmen e autoridades locais, por meio de funcionários da saúde trabalhando em conjunto com os médicos voluntários (CICV, MSF, 2020). Bcheraoui *et al.* (2019) salienta que é estimado que cerca de 55% das unidades de saúde não estão totalmente funcionais no Iêmen atualmente isso por conta dos diversos bombardeios nos hospitais do país, o que é agravado pelo fato de que “apenas cerca de 50% da população do Iêmen tinha acesso a cuidados de saúde antes da escalada da violência que começou em março de 2015” (BCHEROUI *et al.* 2019, p. 9), e é difícil mensurar como a situação dessas pessoas se encontra atualmente. Em relação ao ano de 2019, é ressaltado no relatório da OING que eles vem respondendo às necessidades da população iemenita no que tange ao atendimento de saúde, apoiando empresas para o fornecimento de água potável, programas de reabilitação para aqueles que perderam algum membro e projetos de segurança econômica, e a manutenção do diálogo entre as partes do conflito para a proteção da população (CICV, 2019).

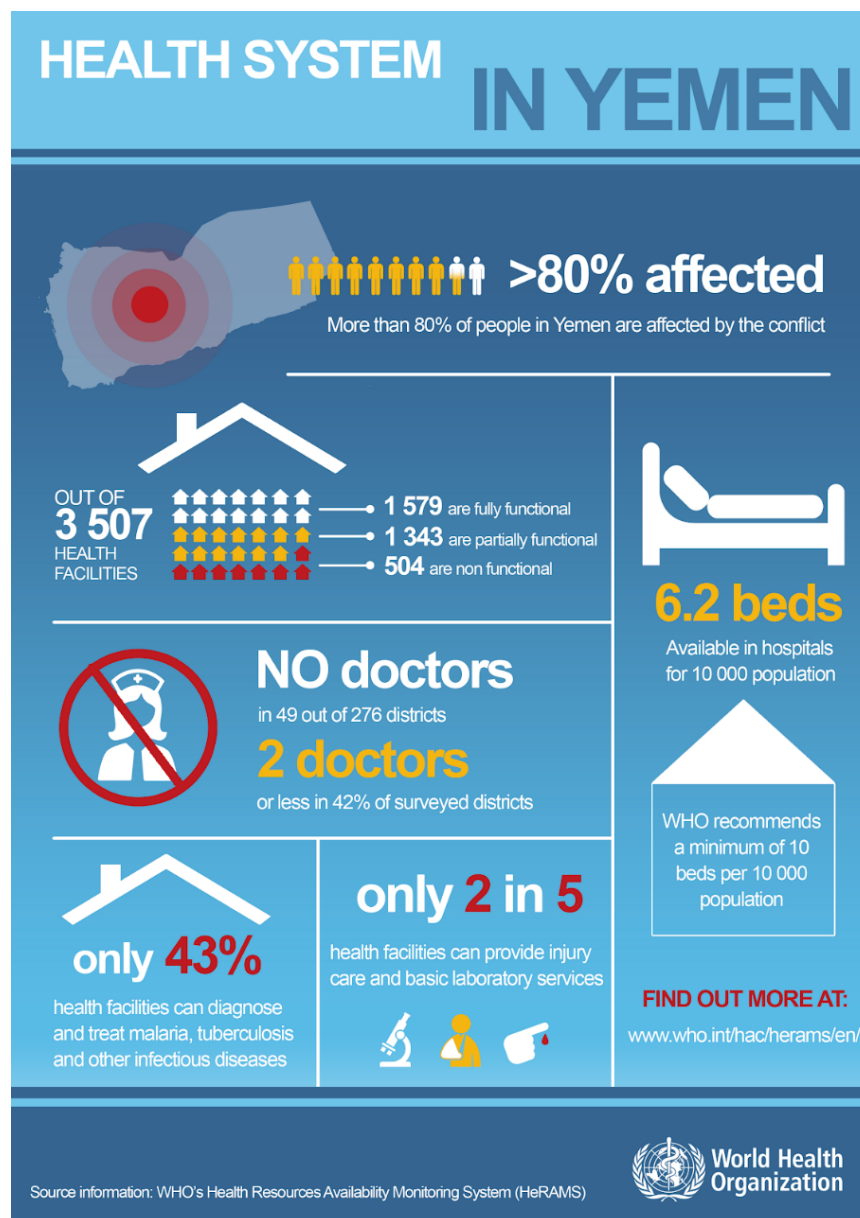


Figura 11 - Sistema de Saúde do Iêmen

Fonte: WHO apud The Globalist

Como a Médicos Sem Fronteiras, a Cruz Vermelha também enfrenta problemas com relação a ataques. Como o sistema de assistência à saúde no país foi afetado, apenas 45% dos estabelecimentos de saúde continuam funcionando, graças ao apoio humanitário internacional, 17% estão inutilizáveis e 38% presta serviços limitados devido à falta de segurança e destruição (CICV, 2018).

Desde setembro de 2017, os estabelecimentos de saúde informaram mais de 58 mil vítimas com ferimentos causados pelo conflito. Um total

de 13.920 vítimas civis, incluindo 6.947 feridos e 8.761 mortos. Por outro lado, 6 em cada 10 estabelecimentos de saúde não têm condições de prestar assistência à saúde infantil, o que inclui nutrição e programas de vacinação. Mais de 160 estabelecimentos de saúde foram atacados desde 2015 e isso foi informado ao CICV (CICV, 2018).

Essas Organizações Internacionais Não Governamentais sofrem com a falta e a dificuldade de obter suprimentos médicos, já que os mesmos chegam por meio de doações ou são adquiridos através de importações, além da necessidade constantemente de doações para continuarem atuando e contribuindo para com a população iemenita e de outras regiões que fornecem ajuda. “O Iêmen depende quase que completamente de importações de alimentos e medicamentos, especialmente para o tratamento de doenças crônicas”, de acordo com Cedric Schweizer, que coordena uma equipe de 250 profissionais da Cruz Vermelha, por vezes essas importações são prejudicadas devido ao bloqueio feito pela coalisão saudita. Além disso, os voluntários enfrentam riscos constantemente, já tendo sofrido ataques através de bombardeios e por meio aéreo.

Em 2018, a Organização teve que retirar 71 funcionários do Iêmen devido a uma série de incidentes e ameaças que vinham recebendo (nenhum grupo político assumiu a autoria das ameaças), o que prejudicou a OING de fornecer ajuda para a população, tal fato ocorreu após um homem armado matar um membro da equipe do CICV. As OING ainda possuem restrições de acesso em alguns locais, que impedem que elas e outras organizações possam coletar dados, por meio de relatos e pesquisas de campo, confiáveis a respeito das necessidades da população em todo o país.

Além disso, muitas organizações não governamentais que trabalham no setor da saúde também foram atingidas. Em janeiro de 2017, quatro hospitais do Médicos Sem Fronteiras foram atingidos por ataques aéreos, resultando em vítimas, incluindo mortes, ferimentos e, por fim, evacuação da equipe médica. Contudo, apesar da destruição de 25 a 55% das unidades de saúde no país e de mais de 3,1 milhões de deslocados internos, o MOPHP implementou uma série de dias nacionais e subnacionais de imunização e implantou clínicas móveis em 2015 e 2016. Durante 2015, o país estima que 30 a 35% da cobertura foi garantida por meio de cinco rodadas de atividades de extensão (BCHERAOU *et al*, 2019, p. 9, tradução nossa).

Em 2017, a Cruz Vermelha fez um apelo para que deixassem as fronteiras terrestres, aéreas e marítimas abertas para a chegada de assistência humanitária. O material médico que incluía 50 mil frascos de insulina não poderia esperar parado na fronteira devido a refrigeração necessária para manter o produto em boas condições, outros medicamentos se encontravam barrados no norte do Iêmen, entre eles comprimidos de cloro que são utilizados para prevenção da cólera (CICV, 2017).

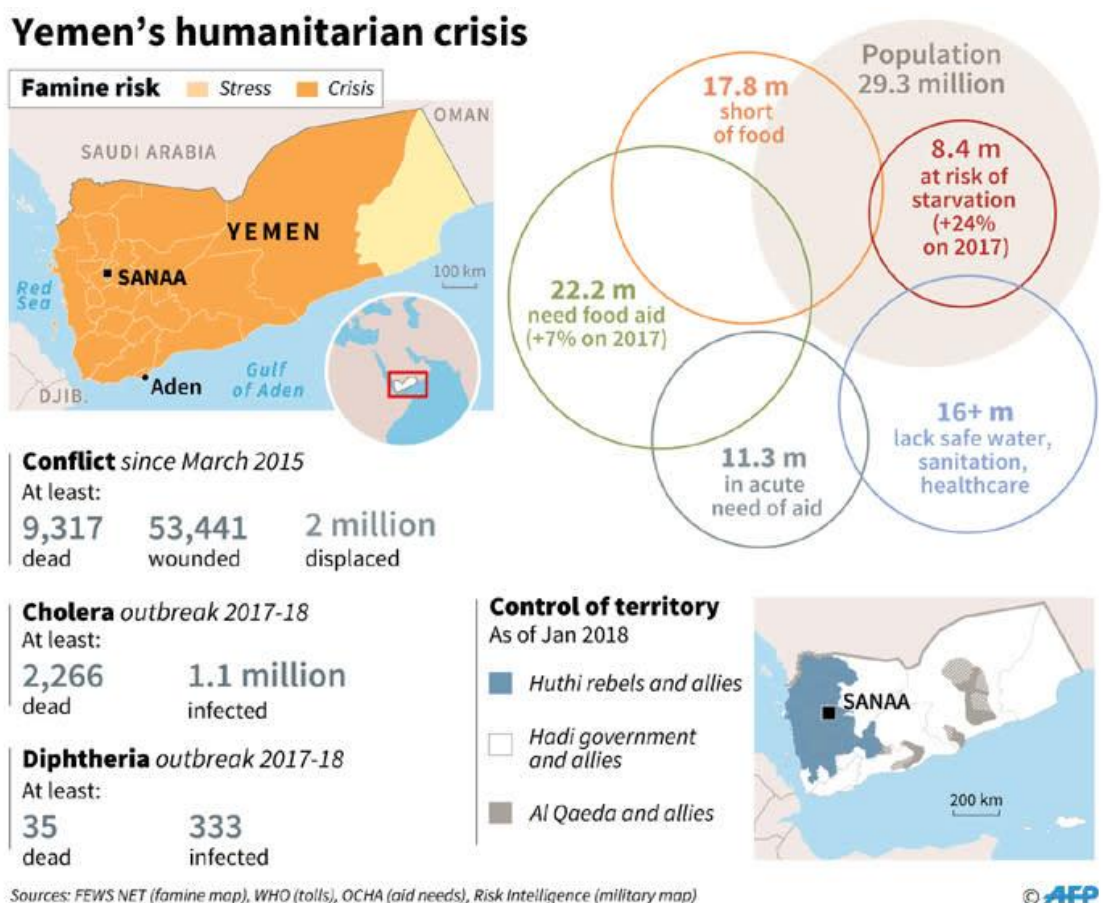


Figura 12 - Crise Humanitária no Iêmen

Fonte: FEWS NET, WHO, OCHA, Risk Intelligence apud The Globalist

O conflito iemenita continua sendo a maior crise humanitária do mundo, a participação das Organizações Não Governamentais Internacionais é de extrema importância para auxiliar a população nesse momento. O mapa acima apresenta aspectos que compõe a crise humanitária no Iêmen e ressalta a razão que perpetua tal crise, o controle do território iemenita. OING como Save The Children, Médicos Sem Fronteira, Cruz Vermelha e a atuação da ONU, fundo das Nações Unidas para a

Infância (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde fazem trabalhos para conseguir amparar e atender a população que enfrentam além do terror psicológico por conta da guerra, os fatores: fome e doenças. Por falta de saneamento básico, doenças como a cólera mata inúmeras pessoas por ano, de acordo com a Organização Mundial da Saúde e a UNICEF de 2015 a 2017 foram reportados 200.000 casos de cólera no Iêmen.

Graças às Organizações mencionadas, a população do Iêmen e de outros lugares ao redor do globo tem a possibilidade de adquirir condições básicas de direitos humanos, o qual é dever do Estado de fornecer. Isso possibilita que a sociedade civil de locais de conflito, desastres naturais, governos ditatoriais e extrema pobreza possa conquistar as condições básicas de sobrevivência, incluindo conhecimentos práticos de algumas áreas, como princípios básicos de direitos humanos e questões legislativas. Essas questões mostram a importância da atuação de Organizações Internacionais Não Governamentais dentro da Sociedade Internacional, sua atuação é de fundamental importância para com os Estados, principalmente aqueles em que a população passa por dificuldades.



## CONCLUSÃO

Esta monografia, a qual utilizou a metodologia qualitativa para o estudo de caso da atuação das Organizações Internacionais Não Governamentais: Médicos Sem Fronteiras e Cruz Vermelha na Guerra do Iêmen, tem como proposta analisar a atuação dessas Organizações e a forma que a população recebe auxílio, promovido pelas mesmas. A importância das OING é ressaltada no decorrer dos capítulos, apresentando através de dados e gráficos, o quão relevante é sua atuação em meio a um conflito existente a mais de cinco anos, e a forma como a população tem recebido amparo em meio as adversidades. Bem como, a importância das Organizações Internacionais Não Governamentais para a Sociedade Internacional e sua contribuição para com os Estados.

Concluimos que, a participação e o empenho das OING na Sociedade Internacional, bem como a independência dessas que não são subordinadas a Estados para poderem exercer suas atividades propostas, é de grande importância. A Guerra iniciada em 2015 e presente até o momento, levou a morte de milhares de pessoas, por meio de violência entre os grupos que disputam o poder local e pela ausência de saneamento básico e recursos, para que a população consiga sobreviver. Os Estados pertencentes a Sociedade Internacional demorou para fornecer ajuda ao Iêmen e outros países Árabes, que passaram pela Primavera Árabe e tiveram seus Direitos Humanos violados durante anos de conflito, sendo que esse movimento foi uma grande busca por direitos e democracia nesses países.

A atuação da Médicos Sem Fronteiras e da Cruz Vermelha no Iêmen mostra que apesar dos perigos enfrentados cotidianamente e trabalhando duro para poder levar os Direitos Humanos básicos aquela região, a persistência da Guerra e o financiamento da mesma através da venda de armamentos por diversos países, acaba por perpetuar o conflito, levando cada vez mais pessoas a óbito e fomentando a maior crise humanitária do mundo atualmente. O conflito local, além de causar danos físicos e psicológicos em sua população, dificulta a atuação dessas Organizações Internacionais Não Governamentais já que o fechamento das fronteiras do país não permite a chegada dos utensílios médicos necessários para sua atuação. Falta um

apoio das coalizões presentes no país, para que o apoio possa chegar aos necessitados e contribuir para que diminua a maior crise humanitária do mundo.

Dessarte, é necessária uma movimentação mais coesa por parte dos Estados pertencentes a Sociedade Internacional para solucionar o conflito iemenita, de maneira que não fomente ainda mais o conflito local. A ONU tem consciência da atuação externa que tem perpetuado o conflito e não impôs até o presente momento nenhuma mudança para que a venda de armamentos pare de ocorrer, mesmo com diversos pedidos de Estados membros da Organização das Nações Unidas. O fato de os Estados Unidos da América fazerem parte do Conselho de Segurança da ONU, fomenta a ideia de impunidade daqueles que pertencem a esse grupo e possuem poder de veto, já que o mesmo interfere nas decisões que são tomadas no Conselho. É necessária uma movimentação real e sucinta para colocar fim a hostilidade iemenita, para que o país possa se reestruturar e levar a população os bens de base necessário, como água potável e esgoto.

## REFERÊNCIAS

AB. Agência Brasil. Iêmen sofre maior crise humanitária do mundo. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-07/iemen-sofre-maior-crise-humanitaria-do-mundo-diz-onu>. Acesso em: 13 de set 2020

AC. Atlantic Council. The problem with humanitarian assistance in Yemen. <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/the-problem-with-humanitarian-assistance-in-yemen/>. Acesso em 16 de out 2020

ACLED. **Armed Conflict Location and Event Data Project**. <https://acleddata.com/?s=yemen>. Acesso em: 07 de set 2020.

AI. Amnesty International. Arab Spring Five Years On. <https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2016/01/arab-spring-five-years-on/>. Acesso: 22 de set. 2020

ALMEIDA, Cíntia Borges; LIMA, Giselle Rafael. **ONGs: PRÁTICA CIDADÃ OU OMISSÃO DE UM ESTADO REGULADOR?** Periferia, v. 11, n. 1, p. 240-259, jan./abr. 2019

BAEHR, Peter R. **Non-Governmental Human Rights Organizations in International Relations**. Palgrave Macmillan. 1st edition, 2009. DOI 10.1057/9780230233706

BALDWIN, David A. **Foreign Aid, Intervention, and Influence**. World Politics, Cambridge University Press, vol. 21, No. 3, p. 425-447, 1969.

BBC. British Broadcasting Corporation. The US based armed conflict of the war so far. <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-29319423#:~:text=The%20US%2Dbased%20Armed%20Conflict,of%20the%20war%20so%20far>. Acesso em 08 de out. 2020

BCHERAOU, Charbel El et al. **Globalization and Health**. Research: Health in Yemen: losing ground in war time. P. 14 - 42. 2018

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, Vol. II. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília. Ed. da Universidade de Brasília, 5ª Ed. 2000.

BOLI, John; THOMAS, George M. **World Culture in the World Polity: A Century of International Non-Governmental Organization**. American Sociological Review, Vol. 62, No. 2, p. 171-190, 1997.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. **Lua Nova** [online]. 1995, n.36, pp.85-104.

ÇAKMAK, Cenap; ÖZÇELİK, Ali Onur *at al.* **The World Community and the Arab Spring**. Palgrave macmillan, 2019.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Fundação Alexandre de Gusmão. 2012

Cholera in Yemen: war, hunger, disease...and heroics. **UNICEF**. Vol 17, p. 781, 2017. Disponível em: [www.thelancet.com/infection](http://www.thelancet.com/infection)

CICV. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 71 funcionários são retirados do Iêmen em meio incidentes de insegurança e ameaças. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/iemen-71-funcionarios-sao-retirados-do-iemen-em-meio-incidentes-de-inseguranca-e-ameacas>. Acesso em 07 de abr 2020

CICV. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Fome no Iêmen. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/fome-no-iemen>. Acesso em 15 de nov 2020

CICV. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Guerra e o direito. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/guerra-e-o-direito>. Acesso em 15 de nov 2020

CIHRS. Cairo Institute of Human Rights Studies. **Between Hope and Despair**. 2012  
CLAUSEN, Maria-Louise Clausen. **Competing for Control over the State: The Case of Yemen, Small Wars & Insurgencies**. 2018. DOI: 10.1080/09592318.2018.1455792. 29:3, 560-578.

COUTINHO, Joana Aparecida. **As ONGs: origens e (des)caminhos**. Lutas Sociais, Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). N. 13/14, 2005.

EDWARDS, Aaron. **Yemen: Civil War and Humanitarian Catastrophe**. Political Insight. 2019

GELLERT, George A. Non-Governmental Organizations in International Health: past successes, future challenges. **International Journal of Health Planning and Management**. Project HOPE, Health Sciences Education Center, Millwood, VA 22646, USA. VOL. 1 I, 19-31 (1996).

GS. Global Security. Yemen Civil War. <https://www.globalsecurity.org/jhtml/jframe.html#https://www.globalsecurity.org/military/world/war/images/map-yemen-2015-03-27.jpg>|||Yemen%20Civil%20War%202015. Acesso em 4 de out 2020

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas** / — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 10a reimpressão.

HRW. Human Rights Watch. Yemen. <https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/yemen>. Acesso em 13 de out 2020

ICRC. International Comittee of Red Cross. Yemen. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/where-we-work/middle-east/yemen>. Acesso em 07 de abr. 2020

MARRA, Ingrid Cagy. **O entendimento da Guerra do Iêmen a partir de seu contexto geopolítico e geoeconômico**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2019

MENDONÇA, Bruno Macedo. **SOCIEDADE INTERNACIONAL: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 43, p. 5-22, out. 2012.

MEURANT, Jacques. **International Review of the Red Cross**. Vol 33, pp 334-336, 1993. DOI:10.1017/S0020860400080645 1993

MSF. Mèdecins Sans Frontières. Yemen. Disponível em: <https://www.msf.org/yemen>. Acesso em 07 de abr. 2020

MSF. Médicos Sem Fronteiras. Iêmen. Disponível em: <https://www.msf.org.br/projetos-msf/iemen>. Acesso em 08 de nov. 2020

MSF. Médicos Sem Fronteiras. Iêmen: Médica de MSF fala sobre o trabalho em Saada. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/iemen-medica-de-msf-fala-sobre-o-trabalho-em-saada>. Acesso em 08 de nov 2020

OASIS. Oasis Center. Framing Yemen's Zayadi Shi'a. <https://www.oasiscenter.eu/en/framing-yemen-s-zaydi-shi-a>. Acesso em: 13 de set 2020

ONU. Organização das Nações Unidas. Carta da ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/.org> Acesso em 25 de mar. 2020

ONU. Organização das Nações Unidas. Comunidade Internacional deve lembrar princípio da responsabilidade de proteger. <https://nacoesunidas.org/onu-comunidade-internacional-deve-lembrar-principio-da-responsabilidade-de-proteger/#:~:text=O%20princ%C3%ADpio%20da%20responsabilidade%20de,essa%20obriga%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20seja%20cumprida>. Acesso em 17 de set 2020

REGAN, Patrick M. **Choosing to Intervene: Outside Interventions in Internal Conflicts**. The Journal of Politics. The University of Chicago Press on behalf of the Southern Political Science, 1998, vol. 60, No. 3, p. 754-779

RW. Relief Web. Yemen annual report 2019. <https://reliefweb.int/report/yemen/yemen-annual-report-2019-responding-world-s-worst-humanitarian-crisis>. Acesso em 13 de out 2020

SADIKI, Larbi at al. **Routledge Handbook of the Arab Spring**. Routledge. 2015.

SERR, Marcel. **Understanding the War in Yemen**. Israel Journal of Foreign Affairs. 2008 DOI: 10.1080/23739770.2017.1419405.

TG. The Globalist. Yemen war, Saudi Arabia, Iran, US arms. <https://www.theglobalist.com/yemen-war-saudi-arabia-iran-us-arms/>. Acesso em 28 de out 2020

THÉRIEN, Jean-Philippe. **Non-governmental Organizations and International Development Assistance**. Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement, 1991, 12:2, 263-28

TM. Toda Matéria. Primavera Árabe. <https://www.todamateria.com.br/primavera-arabe/>. Acesso em 07 de nov 2020

UCDP. Uppsala Conflict Data Program. <https://ucdp.uu.se/>. Acesso em 12 de out 2020

USN. US News. Death Toll of Arab Spring. <https://www.usnews.com/news/slideshows/death-toll-of-arab-spring/1>. Acesso em: 22 de set. 2020

ZACHARIAH, R. et al. **Conducting operational research within a nongovernmental organization: the example of Médecins Sans Frontières**. International Health 2. p. 1–8, 2010.